

ASSUNÇÃO GUIMARÃES CARNEIRO

**O CONECTOR DISCURSIVO “QUER DIZER”:
UM CASO DE GRAMATICALIZAÇÃO**

Dissertação apresentada à Faculdade de Letras de Juiz de Fora, da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nilza Barrozo Dias.

Juiz de Fora, MG.

2006

ASSUNÇÃO GUIMARÃES CARNEIRO

O conector discursivo “QUER DIZER”:
um caso de gramaticalização

COMISSÃO JULGADORA

TESTE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Prof^a. Dr^a. Nilza Barrozo Dias - UFJF
Orientadora e Presidente

Prof. Dr. Mário Roberto Zágari – UFJF
Membro Titular Interno

Prof^a. Dr^a. Cláudia Nívia Roncarati de Souza – UFF
Membro Titular Externo

Juiz de Fora, 18 de dezembro de 2006.

*“Não há nada como um
sonho para criar o futuro.”*

Victor Hugo

Dedico este trabalho a meus amados pais, Maurício e Eneida, e à estimada professora Nilza, os quais contribuíram para que uma possibilidade se tornasse realidade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me acompanhar e me conceder força nesta etapa.

A meu pai, pela compreensão e apoio constantes; e a minha mãe, pelo carinho, confiança e incentivo.

A minha irmã Édna, pela companhia, exemplo de equilíbrio e força; e a meus irmãos Sandra e Rômulo, pelo carinho prestado durante toda a caminhada.

À Alice, pela alegria proporcionada nesses dois anos e sete meses.

A meus cunhados, Clayton e Eduardo, pelo exemplo de determinação.

À tia Dorinha e ao tio Fernando, pela presença e amizade.

A meus amigos, em especial ao Mauro, pelo incentivo e presença; e à Cláudia, pela inesquecível e importante ajuda emocional e apoio técnico.

À orientadora e professora Nilza, pela amizade, paciência e colaboração jamais esquecidas.

A meu “Professor” Dr. Mário Roberto e à professora Dr^a Cláudia, por fazerem parte desta banca examinadora.

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO.....	09
II – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	12
2.1 - Subordinação	12
2.2 - Aposição	14
2.3 - Gramaticalização	20
2.4 - Avaliação	32
III – METODOLOGIA	42
IV – O USO DE “QUER DIZER (QUE)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções	46
4.1 - Modalizador.....	47
4.2 - Acepção de “significa”.....	48
4.3 - QUER DIZER QUE	49
4.4 - Conector discursivo na conexão de unidades na “construção apositiva”.....	52
4.4.1. O conector discursivo “quer dizer” em unidades “desgarradas”.....	61
4.5 - Conector discursivo como focalizador.....	65
4.6 - Caso especial.....	67
4.7 - Algumas considerações sobre os processos de gramaticalização nos dados investigados	67
4.8 - Análise estatística.....	69
V – CONCLUSÃO.....	74
REFERÊNCIAS	77

RESUMO

A trajetória deste trabalho constitui uma descrição dos usos de “quer dizer” que ocorrem nos dados de fala carioca: com a acepção verbal de “significa”; como conector discursivo na construção apositiva, especialmente como introdutor de avaliação e avaliação conclusiva; e como elemento que ocorre nas fronteiras de constituintes, especialmente aquelas entre Sujeito...Verbo e Verbo...Complemento, com foco na informação que o antecede ou o sucede. Confrontamos ainda o conector discursivo com “quer dizer que” que apresenta características da acepção verbal “significa” e também traços do próprio conector discursivo “quer dizer”. A análise foi realizada através dos princípios do paradigma funcionalista.

ABSTRACT

The course of this work constitutes a description of the “quer dizer” uses that occurs on the data of the Rio de Janeiro speech: with the “significa” verbal sense; as a discursive connector in the appositive construction, specially as an introducer of appraisal and concluding appraisal; and as an element which occurs on the borders of contents, specially those between Subject ... Verb and Verb ... Complement, focusing on the information which comes before or follows the “quer dizer”. We also confront the discursive connector with “quer dizer que” that introduces characteristics of the “significa” verbal sense and literal features of the discursive connector “quer dizer” too. The analyse based on the principle of the functional paradigm.

I - INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo analisar as construções “quer dizer” presentes na modalidade falada do português carioca e verificar os parâmetros de gramaticalização em suas ocorrências.

A motivação para este trabalho surgiu em um estudo anterior, no qual estávamos investigando as orações com função apositiva. Ao observarmos os dados selecionados para aquele trabalho, percebemos uma grande ocorrência do elemento “quer dizer”, ora como modalizador, ora como uma fonte verbal possuindo acepção de “significa”, ora como focalizador nas fronteiras de constituintes (Sujeito...Verbo...Complemento), e ainda com a função de conector discursivo na conexão de unidades matriz e apositiva, o que revela que esta ocorrência está em processo de gramaticalização.

Neste trabalho, descrevemos o “quer dizer” em que o “quer” é modalizador apenas como exemplificação desta ocorrência, uma vez que a mesma não foi encontrada no *corpus* do atual trabalho. A seguir, fazemos a descrição do “quer dizer” com acepção de “significa”; depois analisamos ocorrências de “quer dizer que” que apresenta comportamento de acepção verbal “significa” bem como características de conector discursivo semelhantes às daquelas de “quer dizer”. Investigamos, em seguida, os usos de “quer dizer” na construção apositiva, incluindo alguns casos de unidade apositiva “desgarrada”. Consideramos construção apositiva aquela que estabelece a correferencialidade do ponto de vista do interlocutor, em que temos a unidade matriz e a unidade apositiva que formam a construção apositiva. Exploramos o “quer dizer” como focalizador, predominantemente nas fronteiras de constituintes próximas ao Verbo. Finalmente, acrescentamos um exemplo considerado como caso especial.

Ao vermos a gramaticalização como um processo pelo qual um elemento lingüístico evolui para um elemento gramatical, confirmamos que o elemento “quer dizer” se enquadra neste processo, pois visualizamos que ao ser composto por duas palavras de base verbal – verbo *volitivo* querer + verbo *dicendi* dizer – a forma “quer dizer” não mais significa, exclusivamente, a idéia expressa por estes verbos que estruturam sua base, uma vez que em nossos dados, há uma significativa ocorrência do elemento “quer dizer” com o papel textual-discursivo de conector discursivo. Mas, ao atuar como conector discursivo, encontramos vestígio de sua base verbal, a idéia de “significa”, o que confirma este estar em processo de gramaticalização, pois sabe-se que a gramaticalização é um processo em que a mudança ocorre de maneira gradual e não de forma abrupta. Embora o “quer dizer que” possa ser usado em alguns contextos de “quer dizer”, ele não ocupará a função de focalizador nas fronteiras de constituinte.

O elemento “quer dizer que” mantém uma relação estreita com “quer dizer”, com alguns usos iguais ao do conector discursivo. Isto nos leva a considerar que o “quer dizer que” faz parte do processo de mudança de “quer dizer”, ou melhor, o “quer dizer que” sofreu processo de mudança com perda de função da oração encaixada no verbo *dicendi*, introduzida por complementizador, já que temos a *aglutinação de* todos os três elementos lingüísticos na função de conector discursivo, o que pode ser considerado uma hipótese bastante significativa.

No capítulo II – Pressupostos Teóricos - abordamos as questões que envolvem o termo subordinação e a função apositiva, as propostas atuais sobre a aposição, sobre a gramaticalização e sobre a avaliação, conceitos estes que se complementam. No capítulo III – Metodologia – revelamos como ocorreu a trajetória da investigação realizada em relação ao estudo sobre o “quer dizer” e “quer dizer que”. No capítulo IV – O uso do “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções - expomos as ocorrências encontradas em nosso *corpus* do elemento “quer dizer” com análise qualitativa, seguida da quantitativa, utilizando esta apenas como um recurso para que as ocorrências sejam analisadas de modo sistemático e coerente. Já na análise “quer dizer que”

aplicamos somente a qualitativa. No capítulo V – Conclusão -, confirmamos a nossa hipótese de que o elemento “quer dizer” está em processo de gramaticalização. E, finalmente, as referências.

II - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1- Subordinação

Revisitar os processos de junção de orações tem sido focado nos estudos lingüísticos modernos, uma vez que a proposta tradicional, que se baseia na relação de (in)dependência entre as cláusulas, não dá conta de grande parte do material investigado, pelo fato de muitos exemplos serem da modalidade falada da língua.

Para a gramática tradicional, a articulação de orações se processa através da coordenação ou da subordinação, mecanismos estes que se baseiam no grau de dependência sintática e semântica entre as orações complexas. Sendo assim, a coordenação se associa à independência, enquanto a subordinação à dependência. Porém, basear-se apenas na noção de (in)dependência entre as cláusulas não é o suficiente para atender ao problema de distinção entre coordenação e subordinação, visto que a aplicação de tal parâmetro não dá conta de resolver todas as ocorrências da língua falada, além de não ser clara o suficiente para satisfazer às necessidade de professores em sala de aula.

Com a intenção de diminuir este problema em relação aos processos de junção de orações, visto que os critérios adotados para se estabelecer a diferença entre coordenação e subordinação, além de serem inconsistentes, identificam diferentes tipos de cláusulas como subordinadas, estudiosos de orientação funcionalista têm se preocupado em investigar os processos sintáticos de articulação de orações.

Ao analisar os processos sintáticos de articulação de orações, NOGUEIRA & LEITÃO (2006) abordam o questionamento de DECAT (1999), o qual se processa em relação ao critério de (in)dependência proposto pela gramática

tradicional ao discutir o mecanismo de junção de orações, sendo este, segundo DECAT (1999), insuficiente para descrever períodos compostos.

Sendo assim, DECAT (1999) sugere “abandonar o termo subordinação e substituí-lo por parâmetros que melhor descrevam a relação entre cláusulas no nível do discurso”. E assim DECAT discute o processo de articulação de orações através do parâmetro *idea unit* – unidade informacional – proposto por CHAFE (1980). Ao trabalhar com este parâmetro, a autora propõe a divisão das orações em dois grupos: estruturas de encaixamento (“tipos de subordinadas que fazem parte de uma mesma unidade de informação”) e estruturas de hipotaxe (sentenças “que, caracterizando-se como opções de que se vale o falante na organização do seu discurso, constituem, elas mesmas, unidades de informação à parte”).

NOGUEIRA & LEITÃO (2006) também citam HOPPER & TRAUGOTT (1993), autores estes que, além de sugerirem que a formação das orações complexas seja investigada sob o enfoque da gramaticalização devido à indefinição quanto à extensão conceitual de muitas orações, também sugerem que as orações complexas sejam distribuídas ao longo de um *continuum*.

O *continuum* proposto pelos autores se orienta entre dois extremos, um pólo de máxima elaboração e outro de máxima compressão de informação lexical e gramatical.

QUADRO 1: O continuum de Hopper e Traugott

	PARATAXE	HIPOTAXE	SUBORDINAÇÃO
Encaixamento	-	-	+
Dependência	-	+	+

A dependência se relaciona aos critérios que levam em consideração a natureza do elo entre as orações e seu grau de interação. Portanto, a PARATAXE se caracteriza pela relação de independência, a HIPOTAXE pela interdependência e a SUBORDINAÇÃO pela dependência.

Na gramática tradicional, a aposição é vista como uma oração subordinada substantiva apositiva, a qual, quando mencionada, tem seu estudo limitado aos aspectos formais, apenas com o objetivo de identificá-la e classificá-la. As orações apositivas consideradas são somente aquelas sem conector discursivo.

Segundo DIAS & SANTOS FILHO (2004), essa visão tradicional de oração apositiva não procede, já que a aposição não deve ser compreendida como uma função puramente sintática, ou seja, uma cláusula encaixada completiva ou, do ponto de vista da gramática tradicional, como uma oração substantiva apositiva. O que estes estudiosos observaram é que a aposição é uma construção apositiva, que pode realizar-se formalmente com uma ou várias orações de características diferentes, as encaixadas, paratáticas, hipotáticas ou ainda por um conjunto de combinação de cláusulas. NOGUEIRA (1999, 2006) também utiliza a denominação construção apositiva, visto que esta autora compreende a aposição como um mecanismo funcional.

DIAS (2006) considera as referidas orações como “construções apositivas”, já que elas apresentam peculiaridades quando introduzidas ou não por conectores discursivos (*ou seja, isto é, vale dizer, quer dizer e por exemplo*), numa gradação, partindo daquela mais prototípica àquela com menos traços de prototipicidade. Mas, ao investigar a aposição entre orações ou períodos, DIAS (2006) menciona que a aposição apresenta uma correferencialidade do “ponto de vista do locutor”.

2.2- Aposição

Atuais estudos sobre aposição têm revelado uma certa dificuldade em definir o termo, visto que há diferentes construções que são denominadas como apositivas, o que gera uma certa extensão conceitual.

Para MEYER (1992), a aposição é uma relação gramatical que apresenta características sintáticas variadas. Constituída, na maioria de suas ocorrências, por sintagmas nominais, a aposição também se realiza por aposição não-nominal sintagmática (SP, SAdv., Sadj.), oracional, sentencial e entre diferentes classes de

palavras. Segundo NOGUEIRA (1999), o termo aposição tem sido aplicado à justaposição de duas ou mais orações.

Embora a aposição seja uma relação realizada por uma variedade de formas sintáticas, elas são, predominantemente, uma relação entre duas expressões nominais, visto que na aposição há uma relação em que no mínimo uma unidade é usualmente uma frase nominal, ou seja, tem função associada com frases nominais: sujeito, objeto direto, objeto preposicionado.

MEYER (1992) menciona a ocorrência da aposição simples, isto é, aposição em que a unidade inicial está em aposição com uma única segunda unidade; além da aposição dupla e tripla, onde a primeira unidade está em aposição com uma ou duas aposições subseqüentes.

Segundo MEYER (1992), a aposição ocorre mais justaposta do que não-justaposta. Entre as razões que justificam a não justaposição da aposição na escrita temos a tendência em focar a segunda unidade da aposição, ou seja, o final da sentença. Já as razões que justificam a não justaposição da aposição na fala seriam a pressão nominal, ou seja, devido à natureza espontânea da fala, o falante evita acentuar o pronome, o que pode ocorrer quando o pronome aparece logo no início da primeira unidade da aposição.

Hierarquicamente, a aposição é uma relação binária, ou seja, a segunda unidade está em aposição com a unidade que imediatamente a precede.

Quanto à gradação sintática da aposição, DIAS (2005) retoma MEYER (1992) ao expor sobre a relação entre aposição central e periférica, revelando que há aposição mais prototípica enquanto outras estão entre a aposição propriamente dita e a relação de coordenação.

Uma vez que a aposição é primariamente uma relação entre frases nominais, a discussão sintática da aposição tem sido concentrada em torno da aposição nominal. As várias análises da aposição são o resultado de tentar postular uma estrutura constituinte para todos os tipos de aposição e de

questionar a consideração de que a aposição é uma “relação não-diferenciada”, uma relação em que nem sempre pode ser facilmente distinguida de outras relações, tal como coordenação. Sendo assim, tenta-se distinguir as construções que são mais apositivas (aposição central) das que são menos apositivas (aposição periférica).

A aposição central é caracterizada por unidades que são sintaticamente independentes entre si. Para isso devem atender aos seguintes critérios:

- (1) a primeira unidade da aposição pode ser opcionalmente apagada;
- (2) a segunda unidade da aposição pode ser opcionalmente apagada;
- (3) as unidades da aposição podem ser permutadas.

(1)
Me incentivou muito, me deu muita moral mesmo,
então, eu fiz um- uma partida excepcional. Tanto
que não saí mais.

O exemplo (1) revela o que MEYER (1992) considera de aposição central, uma vez que este exemplo atende aos três critérios propostos por este autor para caracterizar uma construção apositiva prototípica. Ou seja, a primeira unidade da aposição “Me incentivou muito” pode ser apagada sem gerar qualquer tipo de alteração no enunciado; a segunda unidade da aposição “me deu muita moral mesmo” também pode ser apagada sem causar nenhum tipo de alteração; e as unidades A e B podem ser perfeitamente permutadas sem acarretar modificação na construção apositiva.

A aposição periférica é caracterizada por unidades que são estruturalmente dependentes entre si, o que pode levar a construção apositiva a atender apenas um ou dois dos critérios mencionados acima.

Observe o exemplo as seguir:

(2)

Ela, aí, de joelhos, se arrastando, abriu o elevador, só
Tinha, na época, eu e uma senhora aqui de baixo, do
apartamento cento e um, e ela bateu lá na senhora e
a- elas ligaram para polícia e **quando chegou, eles já
tinham ido embora.** Quer dizer, a segurança não tem
nenhuma...

Neste exemplo, o locutor comenta que alguns bandidos estiveram em seu prédio, o que o leva a concluir que não há segurança onde ele mora. Este é um exemplo de uma aposição periférica, uma vez que a unidade B não pode ser permutada com a unidade A porque esta é constituída por cláusulas. As unidades A e B também não podem ser apagadas, observe que se apagássemos a unidade B “Quer dizer, a segurança não tem nenhuma...” teríamos uma lacuna, visto que a conclusão avaliativa do locutor, que está inserida na unidade B, tem um significativo peso na coesão/coerência do texto. Sendo assim, percebemos que este é um exemplo do que MEYER (1992) denomina de aposição periférica, já que não atende aos critérios por ele postulados para identificar a aposição prototípica.

Em relação à similaridade entre aposição e coordenação, MEYER (1992) menciona que a ambigüidade existe devido à dificuldade em distinguir aposição de coordenação assindética, ainda mais quando tais estruturas atendem aos três critérios sintáticos citados anteriormente. Citando NOGUEIRA (1999), DIAS (2006) afirma que a natureza centrípeta parece ser o único traço comum presente nas diferentes construções apositivas; e citando NEVES (1984), reafirma que a aposição tem no segundo segmento uma retomada do primeiro, o que difere da coordenação, que é marcada pela condição de exterioridade sintática.

Vale ressaltar que a similaridade entre aposição e coordenação apenas se processa no nível sintático, já que, semanticamente, as unidades são completamente diferentes; enquanto na aposição há relação sinonímica e correferencialidade, na coordenação não há nem relação sinonímica nem correferencialidade.

DIAS (2006) menciona a possível ambigüidade estrutural presente em uma construção apositiva de seu *corpus* em relação à semelhança entre aposição e coordenação. Observe o exemplo a seguir:

(3)

L1 dizem que ta muito abandonado aquele troço
 L2 abandonado (é um absurdo) porque ... não tem vias de
 acesso...as vias de acesso pra lá atualmente é uma
 barbaridade ... é quase que você ... fazer uma viagem
 ...que você (como é que você vai chegar estrada de terra
 ... ruim ...
 Doc ()
 L2 vou de carro ... **vou de Kombi**...

No exemplo acima citado por DIAS (2006), a unidade apositiva – vou de kombi – serve para particularizar a unidade matriz – vou de carro. Esta ocorrência ilustra a ambigüidade mencionada por MEYER (1992) entre aposição e coordenação, uma vez que esta construção apositiva se assemelha à estrutura paratática, embora DIAS (2006) reconheça que a diferença esteja na relação sinonímica estabelecida.

Tradicionalmente, a aposição é vista como uma relação semântica que possui duas unidades correferenciais, porém MEYER (1992) considera que a relação semântica entre as unidades em aposição dá-se através de uma relação referencial ou não-referencial entre as unidades envolvidas na aposição, uma vez que o autor acredita que a correferencialidade entre as unidades em aposição é um critério muito limitador para conceituar a aposição.

A falta de correferência se dá quando a segunda unidade em aposição não refere, mas descreve a primeira unidade. Nesse caso, MEYER (1992) considera que há uma relação de atribuição, o que não impede a conceituação de tal enunciado como apositivo. Tanto para MEYER (1992) quanto para NOGUEIRA (1999), há duas desvantagens em se excluir uma construção atributiva da classe da aposição, visto que as atributivas se comportam muito mais como aposições do que como orações relativas reduzidas porque nas atributivas há a possibilidade de permutar e suprimir itens sem afetar a aceitabilidade da construção; além de que a

exclusão das atributivas da classe da aposição indica que haveria necessidade de fornecer análises muito diferentes para tipos de sentenças muito similares.

A relação referencial entre as unidades em aposição ocorre quando há uma relação de correferencialidade, ou uma relação parte/todo ou quando a primeira unidade da aposição se refere cataforicamente em direção à segunda unidade. Já a relação não-referencial processa-se quando as unidades em aposição são sinônimas, ou quando as unidades são relacionadas pela relação de atribuição, ou ainda quando as unidades são relacionadas pela relação de hiperonímia.

As classes semânticas da aposição citadas por MEYER (1992) são Identificação, Apelação, Particularização, Exemplificação, Categorização, Paráfrase, Reorientação e Auto-correção. Em se tratando de Identificação, Apelação, Particularização e Exemplificação, as segundas unidades são mais específicas do que suas respectivas primeiras unidades; no caso da Categorização, a segunda unidade é menos específica do que sua primeira unidade; enquanto na Paráfrase, Reorientação e Auto-correção, as segundas unidades são tão específicas quanto as suas primeiras unidades.

Além destas classes semânticas, NOGUEIRA (1999) e DIAS (2005) citam a avaliação, a qual foi significativamente recorrente em nosso *corpus*.

Como já mencionado anteriormente, algumas construções apositivas são sintaticamente mais apositivas do que outras, e, por isso, há um gradiente sintático de aposição. Como há uma diversidade de relações semânticas nas construções apositivas, MEYER (1992) cita que também é possível identificar um gradiente semântico na aposição.

Segundo MEYER (1992), a escala semântica funciona do mais equivalente, considerado mais apositivo, para o mais frouxo/desigual, considerado menos apositivo. O gradiente semântico da aposição pode ser melhor ilustrado se a relação semântica existente entre unidades em aposição for classificada de acordo com a “relação congruente” particular que elas satisfazem.

O gradiente semântico da aposição proposto por MEYER (1992) se constrói do mais apositivo em direção ao menos apositivo. Sendo assim, a relação de “identidade” ocupa a posição considerada mais apositiva, uma vez que em se tratando de identidade, relação semântica de correferência ou de sinonímia, percebemos que as duas unidades envolvidas na aposição possuem os mesmos elementos. Em seguida, encontramos, na escala semântica da aposição, a relação congruente de “semi-identidade”, composta pela relação semântica de referência catafórica, na qual se considera que, embora haja relação referencial entre os elementos em aposição, essa referência não é considerada verdadeira. Por fim, MEYER (1992) cita a relação congruente de “inclusão”, a qual é composta pelas relações de Atribuição, Hiponímia e Todo/ parte; nesse tipo de relação a segunda unidade da aposição está incluída na primeira unidade.

DIAS (2005) investiga as “construções apositivas” que se realizam como oração, orações ou períodos. Uma construção apositiva se realiza como unidade A (base) e unidade B (apositiva) numa relação de correferencialidade do ponto de vista do locutor.

DIAS (2006) analisa os diferentes sistemas de conexão entre as unidades A e B da aposição, focando no tipo de elemento base que constitui a unidade matriz sobre a qual a aposição recai, o que pode se dar através de um sintagma, de uma cláusula ou de uma seqüência de cláusulas.

Ao investigar os sistemas de conexão da aposição, DIAS (2006) afirma que as unidades A e B podem ser conectadas, predominantemente, pela ausência de elemento de conexão, ou pela presença de conector discursivo. Segundo a autora, quando há presença do conector discursivo, a unidade B é, geralmente, constituída de períodos longos, mas será constituída de uma única cláusula, quando o locutor quiser sobrepor uma conclusão e/ou uma avaliação.

Segundo a autora, há uma certa “assimetria”, ou seja, seus resultados revelam que quanto mais *peso* tem o elemento base na unidade matriz, mais *leve* será a unidade apositiva. Sendo assim, se a aposição recai sobre um sintagma na

unidade A, ela será expressa por um conjunto de cláusulas na unidade B; se o elemento base da unidade A for constituído por uma única cláusula, a unidade apositiva poderá ser também uma cláusula e, neste caso, apresentar ambigüidade sintática (devido à existência de estruturas na fronteira entre parataxe e aposição), ou realizar-se em períodos longos, sendo, portanto, mais *pesada*; e, se o elemento base da unidade matriz for constituído por cláusulas, a unidade apositiva será constituída por uma única cláusula, sendo, portanto, uma unidade *leve*.

Isto é, à medida que o elemento base da unidade matriz fica mais pesado, a unidade apositiva fica mais *leve*; e à medida que a unidade base é composta por um sintagma ou uma única cláusula, a sua respectiva unidade apositiva torna-se mais longa e, conseqüentemente, mais *pesada*.

A seguir, ilustraremos o quadro apresentado por DIAS (2006) que revela tais considerações.

QUADRO 2. Realização sintática das unidades e tipo de conector.

Unidade A (matriz)	Tipo de conector	Unidade B (apositiva)
Sintagma	Conector \emptyset	Cláusula (s)
Cláusula		Cláusula (ambigüidade sintática)
Sintagma	Conector Discursivo	Cláusulas (períodos longos)
Cláusula		Cláusulas (períodos longos)
Cláusulas (período longo)		Cláusula (apenas uma)

Ao observarmos o quadro acima, notamos que a aposição pode se realizar sintaticamente sem ou com a presença do conector discursivo. Ao se realizar sem conector discursivo, percebemos que a unidade matriz da aposição pode ocorrer como um sintagma ou como uma cláusula, sendo que suas respectivas unidades

apositivas são cláusula (s) e cláusulas (com ou sem ambigüidade sintática). O que ilustra os exemplos a seguir:

(4)

Ah, de +Cordovil para o trabalho? (ruído) *de Cordovil (ruído) para o trabalho, eu gosto, simplesmente trezentos cruzeiro, por dia, de passagem, para vim de Cordovil até aqui. (ruído) porque tem que fazer uma baldeação. Eu tenho que vim-pego ônibus na Brasil, venho até a central, não é? Da central, pegp o metrô, venho até Botafogo, pego o quatrocentos e nove, venho até o ponto final, o resto, subo uns seiscentos metros a pé.

Em (4), a unidade apositiva possui como elemento base o sintagma “baldeação”, o qual é detalhado na unidade apositiva “Eu tenho que vim-pego ônibus na Brasil, venho até a central, não é? Da central, pegp o metrô, venho até Botafogo, pego o quatrocentos e nove, venho até o ponto final, o resto, subo uns seiscentos metros a pé.” Como podemos observar, a unidade apositiva é constituída por várias cláusulas que, no conjunto, constituem um período longo e *pesado*.

(5)

L1 dizem que ta muito abandonado aquele troço
 L2 abandonado (é um absurdo) porque ... não tem vias de acesso...as vias de acesso pra lá atualmente é uma barbaridade ... é quase que você ... fazer uma viagem ...que você (como é que você vai chegar estrada de terra ... ruim ...
 Doc ()
 L2 vou de carro ... **vou de Kombi...**

O exemplo (5) aqui retomado nos mostra que a unidade matriz é constituída por uma cláusula e que o mesmo acontece com a realização de sua unidade apositiva.

Já as realizações apositivas que se caracterizam pela presença do conector discursivo podem, segundo DIAS (2006), ser de três tipos.

Quando a unidade matriz possui como elemento base um sintagma, a sua respectiva unidade apositiva será composta por cláusulas, ou seja, por períodos longos. Observe o exemplo a seguir, presente em DIAs (2006):

(6)

Rdo: Xô falar: eu estou ouvindo aqui mas a gente espera servir bem. Eu assumi a loja lá no mês sete, a senhora não gostaria por exemplo de ir na loja e escolher um aparelho? Nós temos lá... gradiente, outro modelo, outra potência. Pra gente resolver a gente faria por exemplo na troca, a senhora pagou os valores que a senhora pagou, considera como entrada na nova compra, e você escolhe *outro produto*, **por exemplo tem gradiente, tem da Aiwa, tem da marca que o senhor quiser.**

(PROCON / JF)

Em (6), a unidade apositiva “por exemplo tem gradiente, tem da Aiwa, tem da marca que o senhor quiser” particulariza o sintagma “outro produto”. Neste exemplo, percebemos que a unidade matriz é considerada *leve* por ser composta de um sintagma, enquanto a unidade apositiva, formada por cláusulas, é mais *pesada*.

A outra possível ocorrência de aposição com conector discursivo ocorre quando a unidade matriz é composta por uma cláusula e sua unidade apositiva por cláusulas (períodos longos). Veja o exemplo retomado de DIAS (2006):

(7)

Dados recentes da Paula Souza documentam de forma indisputável a troca de perfil dos alunos. Aqueles com renda familiar de até cinco salários mínimos passaram de 32% para 57%. **Ou seja, praticamente dobrou a proporção de alunos de origem muito modesta, legitimamente interessados nos cursos profissionais oferecidos.**

(Ponto de Vista: “Cláudio Moura Castro” 30.07).

Em (7), percebemos que a unidade apositiva, composta por cláusulas e introduzida pelo conector discursivo *ou seja*, estabelece uma generalização da unidade matriz. Neste caso, percebemos que a unidade apositiva é significativamente mais *pesada* em relação a sua unidade matriz por ser constituída de cláusulas.

O exemplo a seguir revela a situação em que a unidade matriz é composta por cláusulas (períodos longos) e sua unidade apositiva se realiza por apenas uma cláusula.

(8)

*AH, MAOS ATE/ CHEGAR O DIA DESSA
 CESA/RIA, ESSES QUINZE DIAS ME PARECEO
 QUE PASSOU ASSIM- *PARECIA QUE ERA UM
 SE/CULO QUE NUNCA ACABAVA DE PASSAR
 AQUILO. (RUI/DO) *E AQUILO ALI0 EU0
 SOFRIA COM AQUILO, NA=O E/? *PORQUE
 EU VINHA PARA O TRABALHO E FICAVA
 PREOCUPADO: ELA VAI LEVANTAR DA CAMA,
 ELA NA=O PODE ANDAR (VOZ DE CRIANÇA)
 *E TOMANDO DEZOITO AMPOLA DE UMAS
 INJE=ES LA/ >QUE!- (HES) QUE A DOUTORA
 PASSOU, PORQUE ERA PARA A CRIANÇA
 NA=O TER PROBLEMA RESPIRATO/RIO,
 PORQUE IA SAIR ANTES DO TEMPO.
 (EST) *ENTA=O FOI UM TRATAMENTO ASSIM
 UMA COISA| -- *A DOUTORA E/ MUITO
 BOA, NA=O E/, A DOUTORA +JANETE. --
 *MAOS UM TRATAMENTO ASSIM, EU TINHA
 QUE- *SEIS HORA DA MANHA=, INJE=O,
 (EST) MEIA-NOITE, INJE=O, MEIO-DIA
 TINHA QUE IR UM CARA IR APLICAR A
 INJE=O. *QUER DIZER, EU FICAVA
 DOIDO.

O exemplo acima revela que a unidade apositiva introduzida pelo conector discursivo “quer dizer” é formada por apenas uma cláusula e que esta acumula as funções de conclusão e de avaliação em relação a todo o enunciado anterior, o qual também se comporta como a unidade matriz da aposição. Assim percebemos que a unidade matriz é mais *pesada* do que a unidade apositiva, uma vez que aquela é composta por um período significativamente longo.

2.3- Gramaticalização

Saussure dominou a primeira metade do século XX e Antoine Meillet foi quase sempre considerado como seu discípulo.

Ocorre que Meillet, em sua obra póstuma, deixou claro que “*Saussurre, ao separar a variação lingüística das condições externas de que ela depende, privou-a da realidade; ele a reduz a uma abstração que é necessariamente inexplicável.*” Então torna-se fácil constatar que a posição de Meillet opunha-se à de Saussure

em relação à separação entre sincronia e diacronia e ao fato de que a língua tem que ser considerada em si mesma e por si mesma, isto é, o fato social está fora.

Para Meillet não se chega a compreender os fatos da língua sem que se faça referência à diacronia, à história, à sociedade.

Percebe-se, assim, que o tema, *língua como fato social*, central em Meillet, é um tema profundamente anti-saussureano e que só começou a ganhar corpo na Lingüística, quando, por iniciativa de Willian Bright, nos dias 11, 12 e 13 de maio de 1964, 25 (vinte e cinco) pesquisadores em Lingüística se reuniram em Los Angeles, entre os quais estava o jovem William Labov e o assunto *sociolingüística* surgiu e tomou a dimensão que hoje tem e o espaço que abriu.

O termo gramaticalização não é tão novo como muitos imaginam, ele já havia sido mencionado em 1912 por MEILLET, o qual se refere à gramaticalização como a “atribuição de um caráter gramatical a palavras autônomas”. Atualmente, a gramaticalização é vista como um campo etimológico que dialoga com a história das palavras e é sustentada pelos relatos cognitivos da trajetória natural da mudança na semântica da palavra. A gramaticalização compreende não somente estudos empíricos, mas também debates internos sobre o conteúdo e limites do termo gramaticalização.

MEILLET (1912) descreve dois processos através dos quais as formas se tornam gramaticais. O primeiro deles seria a ANALOGIA, que, segundo o autor, seria a emergência de novas formas através da semelhança formal. Uma vez que esta não oferece uma explicação da origem de um paradigma inicial, surge, então, o segundo processo, a GRAMATICALIZAÇÃO. Para MEILLET (1912), gramaticalização seria a passagem de uma palavra autônoma para o papel de um elemento gramatical.

Apesar do termo gramaticalização ter sido introduzido por MEILLET em 1912, apenas em 1970, o termo é retomado como centro de interesse para os estudiosos da lingüística, em decorrência das pesquisas em pragmática e no

discurso, o que promoveu a interface entre estrutura e uso. Nesse contexto, a gramática passa a ser entendida como um processo histórico encabeçado no uso, e não como um estado sincrônico puramente abstrato. GIVÓN (1970) contribuiu com a idéia de que “a gramática foi produto de mudança e que sua forma seria atributo das funções do discurso”.

HEINE & REH (1982) observaram que uma forma é mais gramaticalizada quanto:

- 1) mais ela perde complexidade semântica, significado formal e/ou valor expressivo;
- 2) mais ela perde em significado pragmático e ganha em significado sintático;
- 3) mais reduzido é o número de membros que seguem para o mesmo paradigma morfossintático;
- 4) mais sua variabilidade sintática decresce, isto é, sua posição na cláusula torna fixa;
- 5) mais o seu uso torna obrigatório em alguns contextos e agramatical em outros;
- 6) mais ele colide semântica, morfológica e foneticamente com outras unidades;
- 7) mais ele perde em substância fonética, denominada de erosão fonética.

GIVÓN (1979) utiliza o termo “bleaching” para explicar mudanças, como a transformação dos pronomes demonstrativos em inglês em artigos definidos e alguns verbos em cópula.

Durante o processo de gramaticalização, as formas passam de um contexto “mais situado” que exige um maior contexto discursivo para um contexto “menos

situado”, o qual requer um menor contexto discursivo. Sendo assim, TRAUGOTT (1989) identificou três tendências semântico-pragmática que governam essa mudança de significado:

- a. os significados baseados na situação descrita externamente evoluem para os significados baseados na situação interna (avaliação, percepção, cognição);
- b. os significados baseados na descrição de situações externas ou internas evoluem para os significados baseados na situação textual, visto que os significados tendem a se tornar textuais e as formas gramaticalizadas se tornam indicadores de coesão textual;
- c. os significados tendem a se tornar situados no estado-de-crença subjetiva do falante em direção ao contexto.

Trabalhos recentes têm caracterizado a relação metafórica entre uma forma lexical e sua parte gramaticalizada. O que acontece é uma reanálise junto com a extensão de significado já implícito na forma e não uma repentina substituição de significados. Se a metáfora é definida como a substituição de um significado presente por um ausente, gramaticalização será vista como não envolvendo, ou não somente, a conotação paradigmática “vertical” da metáfora, mas também a “horizontal”, ou seja, conotação sintagmática de metonímia através da “contigüidade” para explorar um significado secundário já presente no significado primário.

O mecanismo responsável por esta comparação envolve uma contigüidade horizontal – linear, sintagmática - na situação do discurso. E assim, estudos atuais estenderam a noção de metonímia para incluir o passo pragmático de inferência, isto é, contigüidade baseada no mundo do discurso.

A mudança metafórica envolve especificar, usualmente mais complexa, coisas em termos de outras não presentes no contexto, enquanto a mudança metonímica envolve especificar um significado em termos de outro que está

presente no contexto. HOPPER & TRAUGOTT (1993) vêem a operação metonímica no estágio inicial da gramaticalização, sendo superado posteriormente pela operação metafórica.

Contudo, todas as mudanças lingüísticas seguem alguns princípios, os quais foram mencionados por HOPPER (1991) e encontram-se a seguir:

- 1) CAMADAS (LAYERING): com um pleno domínio funcional, novas camadas vão surgindo, emergindo. As velhas camadas não são descartadas, elas podem coexistir e interagir com as novas camadas.
- 2) DIVERGÊNCIA (DIVERGENCE): resulta no fato de que duas ou múltiplas formas possuem uma etimologia em comum, mas divergem funcionalmente. Alguns autores conceituam a Divergência como um caso especial de Camadas. Mas Camadas é um pouco diferente, este processo envolve diferentes graus de gramaticalização em domínios funcionais similares, com formas lexicais completamente diferentes; já Divergência é aplicada em casos onde o mesmo item lexical autônomo torna-se gramaticalizado em um contexto e não se torna em outro.
- 3) ESPECIALIZAÇÃO (SPECIALIZATION): com um domínio funcional em um mesmo estágio, uma variedade de formas com nuances semânticas diferentes podem ser possíveis. Como a gramaticalização ocorre, esta variedade de estreitas escolhas formais e um pequeno número de formas selecionadas assumem significados gramaticais mais gerais.
- 4) PERSISTÊNCIA (PERSISTENCE): quando uma forma sofre gramaticalização de uma função lexical para uma gramatical, ela passa a ter um papel gramatical, mas alguns traços de seu significado lexical original persistem.
- 5) DE-CATEGORIZAÇÃO (DE-CATERIZATION): gramaticalização sempre envolve perda de categoria e procede sempre em direção ao mais leve, ou seja, parte do mais pesado para o mais leve.

HOPPER (1991) sugeriu que o estudo da gramaticalização tendesse a minar a condição de um componente gramatical preexistente que funcione como pré-requisito para o discurso e precondição para a comunicação, pois considera que a gramática é uma propriedade que emerge nos textos.

Para LICHTENBERK (1991), em *On the Gradualness of Grammaticalization*, a gramaticalização é um processo histórico, um tipo de mudança que tem certas conseqüências para as categorias morfossintáticas e então para a gramática desta língua, uma vez que a gramática de uma língua nunca é estática, em muitas línguas há sempre áreas que estão em conflito.

Ao tratar a gramaticalização em termos de suas conseqüências, ou seja, como um processo que guia para certas mudanças na gramática da língua, LICHTENBERK cita três conseqüências prototípicas da gramaticalização:

- (i) emergência de uma categoria gramatical;
- (ii) perda de uma categoria gramatical existente;
- (iii) mudança na qualidade de uma categoria gramatical.

Mas, a partir do momento em que ocorre uma mudança, esta não ocorrerá em qualquer ordem, pois as mudanças que podem ocorrer e ocorrem nas línguas obedecem ao Princípio da Mudança Gradual. Este princípio não prediz que seqüências de mudanças ocorrerão, mas que, se as mudanças ocorrerem, elas ocorrerão em certa ordem e não em outra, já que os traços mais próximos serão adquiridos primeiro pela forma inovadora.

$$A \rightarrow B \rightarrow C$$

A velocidade do emprego das formas inovadoras em uma língua confirma a gradualidade da mudança, visto que as formas inovadoras possuem desigualdade de difusão em virtude da idade da forma inovadora, de sua freqüência e de seu uso acentuado.

Na evolução das possíveis mudanças categoriais, também se percebe que as formas inovadoras conservam algumas das propriedades formais e funcionais de origem. Para HOPPER (1991), este é o princípio da “persistência”; para ele, em uma forma inovadora há “reflexo no elemento gramatical de sua própria história em termos de suas propriedades funcionais e/ou formais”.

A gramática é dinâmica, por isso as mudanças podem emergir. As línguas podem, através da maior regularidade e iconicidade, apagar “anomalias” e variações; ao mesmo tempo novos padrões emergem na gramática, introduzindo novas “anomalias” e novas variações.

Embora seja possível descrever as mudanças ocorridas em dada língua, é difícil prever suas *causas* ou *explicações*; podemos, muitas vezes, encontrar *motivações* ou *fatores de possibilidade* potenciais, nunca absolutos.

Dentre estas motivações para a mudança, podemos citar HOPPER & TRAUGOTT (1993), os quais vêm, na maximização da economia, a principal motivação para a mudança. Dentro da maximização da economia encontramos a maximização da eficiência (relacionada com a simplicidade de se expressar) e da informatividade; ambas relacionadas com o papel do falante/ouvinte. Segundo DRESSLER (1985) Apud HOPPER & TRAUGOTT (1993), “as motivações da simplicidade e da informatividade estão inevitavelmente em competição no usuário individual da linguagem e, portanto, o desenvolvimento da linguagem envolve solução de conflitos e problemas”.

Já em relação aos fatores de possibilidade de ocorrência da mudança, HOPPER & TRAUGOTT (1993) citam *a aquisição da linguagem pela criança, o papel das comunidades lingüísticas e diferentes contatos entre elas e o papel dos falantes e ouvintes para negociar o significado em situações comunicativas*.

A situação comunicativa ideal é aquela em que o falante é responsável pelo sucesso da comunicação, sendo assim, o ouvinte motiva o falante a ser claro e informativo, além de procurar por uma interpretação menos ambígua. Já o falante

procura reduzir o sinal do discurso, ou seja, idiomatizar as expressões; e produzir expressividades, na busca de novos caminhos para dizer a mesma coisa, o que ocorre através da simplificação, aglutinação, compactação e redução de redundâncias, processos estes que são compensados pela introdução de novas formas equivalentes pra dizer o mesmo.

A expressividade é um processo de inovação responsável pela origem lexical da gramaticalização. Enquanto o foco na tendência de o ouvinte proceder a reanálise de forma abdutiva é responsável pelas mudanças morfossintáticas da gramaticalização, o foco na tendência de o falante economizar é responsável pela rotinização, com possível perda semântica que pode vir a acontecer em uma dada mudança.

Os princípios de economia, eficiência, clareza, expressividade e rotinização são motivações pragmáticas que refletem o relacionamento entre a língua e o contexto em que é usada. Ou seja, a PRAGMÁTICA - ramo da lingüística que trabalha com os significados da declaração, crenças e inferências sobre os objetivos da linguagem no contexto - está inteiramente relacionada com as mudanças de significado, apesar de que, ao lado da semântica, foi ignorada, durante muito tempo, no estudo da variação lingüística.

Sabe-se que não é muito simples entender as causas que levam à mudança lingüística, sendo assim, procura-se tratar os mecanismos e motivações que fazem a mudança possível ou a facilitam e não fatores que são absolutos ou obrigatórios.

Dentre tais mecanismos, HOPPER & TRAUGOTT (1993) citam a "reanálise" e a "analogia", os quais possuem traços que são significativos para a mudança em geral, ou seja, são mecanismos pelos quais a gramaticalização se processa. Reanálise modifica representações subjacentes (semântica, sintática ou morfológica) e causa mudança na regra; já a analogia modifica representações superficiais e não afeta mudança na regra, embora efetue alastramento da regra dentro do próprio sistema lingüístico ou dentro da comunidade, o que nos leva a

confirmar que a reanálise é um processo sintagmático e a analogia um processo paradigmático. Todavia, a reanálise é o mecanismo mais importante para a gramaticalização, como para toda mudança.

GIVÓN (1989) Apud HOPPER & TRAUGOTT (1993) propõe uma abordagem alternativa, mais adequada a pesquisadores do fenômeno da gramaticalização, quando preceitua que o componente universal não determina completamente a natureza da estrutura lingüística, mas caracteriza as linhas gerais da constituição humana e pode ser modificado por estímulos de fora e pelos objetivos funcionais a que a língua se destina. Percebemos, então, que a proposta de GIVÓN (1989) Apud HOPPER & TRAUGOTT (1993) leva em consideração o uso, o indivíduo, as motivações e os estímulos que a língua pode receber para realizar uma mudança, uma vez que a gramática é dinâmica e não arbitrária.

Embora evidência de uma e outra abordagem possa ser empiricamente testada no desenvolvimento lingüístico, as exigências de registros históricos tornam ambas difíceis de serem aplicadas. Apesar de a máxima cautela ser sempre exercida, na prática muitos lingüistas tendem a ver um simples exemplo de uma mudança que mais recente expandiu para outros textos e outras construções como um "primeiro exemplo de mudança X". Esta abordagem segue naturalmente no fato de pensar na mudança em termos de diferenças na gramática de usuários da língua individual.

Já uma nova construção que não reaparece ou não avança pode ser considerada um "erro" e não um exemplo de mudança ou de um percurso para a mudança. Metodologicamente, é certamente preferível reconhecer a mudança somente quando ela está avançando de um indivíduo para um grupo ou comunidade de fala.

Uma vez que "as regras é que mudam, e não a língua", devemos perceber que há uma diferença entre mudança e sua expansão. A mudança é gradual, para que A se torne B, há um estágio intermediário em que A e B coexistem: $A > \{A +$

B} > B. Essa coexistência pode demorar séculos. A entrada de uma nova estrutura é imediata, entretanto, sua generalização é gradual. A expansão da mudança pode ocorrer através do sistema lingüístico, generalização, ou através de gêneros ou grupos sociais.

Segundo LANGACKER (1977) Apud HOPPER & TRAUGOTT (1993), “reanálise é uma mudança na estrutura ou classe de expressões que não envolve modificação intrínseca ou imediata em sua manifestação superficial”. A reanálise é um dos maiores fatores de mudança. MEILLET identificou reanálise e gramaticalização, entretanto, embora vários casos de reanálise conduzam à gramaticalização, nem sempre isso ocorre. Há gramaticalização quando uma reanálise lexical conduz a uma mudança gramatical, porém, às vezes, uma mudança gramatical conduz a uma mudança lexical; nesse caso, dá-se o nome de lexicalização.

Gramaticalização é um tipo especial de reanálise, um subconjunto dos fenômenos reanalíticos. Não se pode, portanto, confundir os dois processos, visto a independência entre ambos.

Enquanto a reanálise é considerada um processo encoberto, discreto, não facilmente perceptível, analogia é um processo que se refere às mudanças superficiais, visíveis. Em 1968, KIPARSKY Apud HOPPER & TRAUGOTT (1993) definiu analogia como extensão de regra, mas pontuou o fato de esse processo não ser casual na mudança lingüística. Apenas reanálise pode criar novas estruturas, mas o papel da analogia não deve ser subestimado no processo da gramaticalização. Analogia pode ser melhor entendida como “generalização de regra”, ocorrida em certos desenvolvimentos de superfície.

Um outro ponto a se destacar em relação à analogia é que há generalização através de padrões de uso, como é refletido pela freqüência com a qual as amostras dessas estruturas podem ocorrer ao longo do tempo.

Reanálise e analogia possuem diferentes efeitos. Reanálise geralmente envolve reorganização e mudança de regra normalmente linear, sintagmática e local, não sendo diretamente observável. Por outro lado, analogia essencialmente envolve organização paradigmática, mudança em superfície, sendo facilmente observável.

Reanálise e analogia são os maiores mecanismos da mudança lingüística. Eles não definem, necessariamente gramaticalização, mas gramaticalização não ocorre sem o concurso desses mecanismos. Somente um subconjunto dos processos de reanálise e analogia que transforma elementos mais independentes em elementos menos independentes configuram, propriamente, a gramaticalização.

O próprio conceito de gramaticalização revela o princípio da Unidirecionalidade, uma vez que gramaticalização é um processo pelo qual um material lexical amplamente envolvido pelo contexto pragmático e morfosintático torna-se gramatical, ou seja, a mudança possui uma direção a ser seguida. Sendo assim, a mudança deve ocorrer na seguinte direção:

item lexical > item gramatical

A hipótese da unidirecionalidade revela que a ordem inversa não pode ocorrer em uma mudança para que esta possa ser denominada de gramaticalização, visto que na teoria da gramaticalização um item gramatical não pode se tornar um item lexical. Sendo assim, alguns pesquisadores não consideram que a evolução em torno dos marcadores discursivos (doravante MDs) faça parte da teoria da gramaticalização, mas sim do processo da Discursivização.

TRAUGOTT (1995) acredita que “não há somente razões convincentes para incluir o desenvolvimento dos MDs na teoria da gramaticalização, mas há também razões convincentes para sustentar a hipótese da Unidirecionalidade”.

Argumentos têm sido oferecidos de que “os significados” tendem a se deslocar em direção a maior subjetividade, isto é, eles tornam-se crescentemente associados com a atitude do falante, especialmente atitude metatextual, em direção à fluidez do discurso. Estudar gramaticalização na perspectiva semântico-pragmático, em momentos mais atuais de gramaticalização, revela que há um crescimento do significado pragmático e da expressividade subjetiva; fortalecimento pragmático este que, segundo TRAUGOTT (1995), ocorre nos estágios iniciais da gramaticalização.

O MD sinaliza um comentário, especificando o tipo de relação que se estabelece entre a sentença corrente e o discurso anterior. Segundo SCHIFFRIN (1987), MD “marca relações consecutivas entre unidades dependentes do discurso”, o que nos leva a concluir que o MD estabelece com a língua, primariamente, uma relação pragmática. Para TRAUGOTT (1995), os MDs permitem que os oradores exibam sua avaliação não do conteúdo do que é dito, mas do caminho pelo qual o conteúdo é trilhado, em outras palavras, os MDs fazem um trabalho metatextual.

Ao citar FRASER, TRAUGOTT (1995) revela que a ausência do MD não torna a sentença agramatical e/ou inteligível, porém pode omitir uma pista poderosa que faz relação entre a sentença e o discurso anterior, devido ao trabalho metatextual realizado pelos MDs.

Segundo alguns estudiosos, o desenvolvimento dos MDs viola dois critérios da gramaticalização: o crescimento sintático em extensão e a disjunção. Já que para alguns pesquisadores, a gramaticalização aumenta a fusão morfosintática e diminui a liberdade sintática. O aumento sintático em extensão tem sido bastante identificado no desenvolvimento de conectivos de cláusulas. Devido a este significativo número de ocorrências, o aumento em extensão sintática no desenvolvimento de itens da língua deveria ser um critério permitido na teoria da gramaticalização. Para TRAUGOTT (1995), o desenvolvimento dos MDs é pertinente com a Gramaticalização prototípica em seu estágio inicial.

Assim, a gramaticalização não deve ser vista, necessariamente, acarretando diminuição sintática em extensão e vínculo, uma vez que o aumento sintático em extensão é bastante comum. Segundo TRAUGOTT (1995), a gramaticalização deve ser vista como um processo, no qual um material lexical altamente influenciado pelo contexto pragmático e morfosintático, torna-se gramatical, e um material gramatical torna-se mais gramatical.

2.4 - Avaliação

WHITE (2001) estabelece em APPRAISAL – avaliação –, uma abordagem particular para explorar, descrever e explicar o caminho da linguagem que é usado para avaliar, para adotar postura/posição, para construir personagens textuais, e para governar/dirigir posições e relacionamentos interpessoais. Sendo assim, APPRAISAL explora como atitudes, julgamentos e reações emotivas estão explicitamente presentes em textos e como eles podem ser mais indiretamente implicados, pressupostos ou assumidos.

Segundo WHITE (2001), APPRAISAL encobre todos os usos avaliativos da linguagem. O mesmo autor propõe sua divisão em três tipos de postura que se estabelece no momento da avaliação: posição dialógica, intertextual e atitudinal.

Uma vez que a comunicação verbal ocorre através de um processo dialógico, visto que ela é primariamente um processo de interação, ou seja, a comunicação verbal não opera isolada, ela é condicionada por algum grau de ação-e-reação da interação comunicativa, WHITE (2001) postulou que a posição dialógica ocorre quando falantes/escritores incluem elementos através dos quais eles, explicitamente, representam eles mesmos como respondendo à sentença anterior e/ou como antecipando provável reação possível. Sendo assim, ao utilizar a posição dialógica, o autor utiliza significados que são “negociados”, já que ele está preocupado em governar ou negociar relações interpessoais entre o falante/escritor e seus interlocutores.

A posição intertextual é como um subtipo de posição dialógica, uma vez que se processa em relação aos usos da linguagem pelos quais falantes/escritores adotam posições avaliativas através da visão e declaração de outros escritores/falantes, ou seja, as opiniões se processam através de fontes exteriores.

Já a posição atitudinal concentra-se em revelar como falantes/escritores indicam uma avaliação positiva ou negativa de pessoas, lugares, coisas, acontecimentos ou estado de coisas; ou como falantes/escritores indicam o pensamento como “elogiar” e “culpar”. Classificam-se como atitudinal várias sentenças que transmitem uma avaliação positiva ou negativa ou que podem ser interpretadas como convidando o leitor a fornecer sua própria avaliação positiva ou negativa do elemento ou pessoa avaliada.

Há várias maneiras em que *atitude* pode ser invocada. O caso mais simples envolve o uso de palavras individuais ou expressões que claramente indicam se a posição atitudinal é tomada pelo escritor ou pelo falante. A atitude também ocorre através de expressões ou pela interação de múltiplos elementos na interação. Sendo assim, é melhor vermos *atitude* como um traço ou propriedade de sentenças complexas. Mas vale ressaltar que palavras individuais ou combinação de palavras podem carregar sentido positivo ou negativo e por isso podem indicar avaliação atitudinal, e neste caso temos uma ATITUDE EXPLÍCITA.

Já a ATITUDE IMPLÍCITA (ou invocada) ocorre quando a sentença não possui nenhuma indicação explícita de atitude. Para perceber a atitude implícita, o leitor é guiado por alguma interpretação atitudinal de outras partes do texto, por instâncias de atitude explícita.

Com o propósito de analisar de maneira mais precisa a amplitude da posição atitudinal, WHITE (2001) propõe sua divisão em Afeto (AFFECT), Julgamento (JUDGEMENTO) e Apreciação (APPRECIATION).

a) Afeto

Este tipo de avaliação atitudinal está envolvido com a avaliação, pela qual o falante/escritor indica como ele está emocionalmente envolvido com a pessoa, coisa, acontecimento ou estado de coisas.

A posição afeto pode ser indicada através de verbos de emoção, advérbios e adjetivos também de emoção.

Dentro da posição afeto, há ainda o afeto autorial (1ª pessoa) e o afeto não-autorial (2ª e 3ª pessoas).

O afeto autorial é quando o falante/escritor toma responsabilidade pelo valor atitudinal da avaliação, uma vez que ele está emocionalmente envolvido em tal avaliação. A mais óbvia funcionalidade retórica de tal uso seria para indicar uma posição atitudinal em direção às pessoas, coisas ou situações que desencadeiam emoção. A avaliação emocional reside na subjetividade individual do falante/escritor. Sendo assim, através do affect autorial, o falante/escritor exprime sua subjetividade no processo comunicativo.

Já no afeto não-autorial há a descrição da emoção das individualidades humanas ou de grupos, ou seja, pretende-se descrever as reações emocionais dos grupos ou das individualidades humanas. Assim, o falante/escritor não possui responsabilidade sobre a avaliação positiva ou negativa descrita. Mas ao atribuir uma avaliação emocional positiva ou negativa para o ator social, o escritor/falante desperta uma reação simpática ou antipática no leitor/ouvinte, o que pode vir a comprometer a relação de ambos.

b) Julgamento

Julgamento envolve avaliações positivas ou negativas do comportamento humano por referência ao sistema de normas sociais.

Assim, para uma sentença indicar um valor de julgamento, ela pode, ou direta ou indiretamente, refletir sobre o comportamento ou performance do mesmo grupo ou de individualidades humanas.

Os exemplos mais óbvios de julgamento envolvem avaliações por referência a sistemas de legalidade/ilegalidade, moralidade/imoralidade ou polidez/falta de polidez. Há uma avaliação cujas regras de comportamento são mais ou menos codificadas explicitamente na cultura, ou têm sido sustentados ou quebrados. Julgamento envolve, assim, regras religiosas, morais e legais.

O julgamento está inteiramente relacionado com a situação ideológica e cultural de cada indivíduo e de cada comunidade, já que julgamento sobre moralidade, legalidade, capacidade, normalidade, etc. sempre será determinado pela cultura em que as pessoas envolvidas vivem e pela própria experiência, sugestão, expectativa e crença individuais. Sendo assim, sempre haverá a possibilidade de um mesmo evento receber diferentes julgamentos, de acordo com a posição ideológica da pessoa que faz o julgamento; ou com a posição social e ideológica do interlocutor; ou com o contexto, já que o lugar em que ele ocorre e os julgamentos já feitos influenciam no julgamento.

c) Apreciação

Apreciação é um subtipo de avaliação atitudinal que se interessa pela avaliação positiva ou negativa de objetos, artefatos, processos e estados de paixão antes do que com comportamento humano. No entanto, algumas vezes o comportamento humano também pode ser APRECIADO - quando a avaliação não foca diretamente a certeza ou incerteza do comportamento. O valor mais óbvio da apreciação está relacionado com o que é tradicionalmente conhecido como estético, ou seja, com a avaliação positiva ou negativa da forma, da aparência, da construção, do impacto ou da apresentação de objetos e entidades.

Ao se comparar *apreciação* com outras categorias de atitude, percebe-se que *afeto*, explicitamente subjetivo, está conectado com estado e reação emocionais; enquanto *juízo* está relacionado com avaliação normativa do comportamento humano.

Os valores de *juízo* e *apreciação* não necessariamente indicam envolvimento subjetivo de algum participante humano. Enquanto *juízo* assume o envolvimento da consciência humana, volição ou intencionalidade, na maioria das vezes, *apreciação* ocorre quando se faz avaliação estética de objetos físicos, circunstâncias materiais ou estado de coisas.

Assim como para os objetos inanimados e estados de coisas, o sujeito humano também pode sofrer avaliação estética. Vale ressaltar que um mesmo adjetivo pode ser utilizado para mais de um tipo de avaliação atitudinal. Observe o seguinte exemplo:

- Ela é bonita. (avaliação física da mulher)-----APRECIAÇÃO

- Ela fez uma bonita ação.(avaliação de um ato realizado pela mulher)-----JULGAMENTO

Contudo, ao tratar APPRAISAL, o autor pretende abordar como falantes/escritores avaliam e indicam atitudes positivas ou negativas e como eles negociam estas atitudes e outros tipos de posicionamentos com seus parceiros dialógicos.

Segundo NEVES (2000), os adjetivos qualificadores - aqueles que qualificam o substantivo que acompanham, o que pode implicar uma característica mais, ou menos, subjetiva, mas sempre revestida de certa vaguidade - expressam diversos valores semânticos, entre os quais o de avaliação.

A avaliação determinada por estes adjetivos pode ser psicológica, quando os adjetivos exprimem propriedades que definem o substantivo na sua relação com o falante; pode possuir propriedades intencionais, quando os adjetivos exprimem propriedades que descrevem o substantivo; e possuir uma avaliação de

termos lingüísticos, quando os adjetivos são epilingüísticos no sentido de que predicam o próprio termo (substantivo) empregado.

DIAS (2006) verificou que a função semântico-discursiva de avaliação não se encerra no emprego de conectores discursivos que introduzem a unidade apositiva, mas ocorre na dependência de vários fatores que atuam em conjunto. Segundo a autora citada, “os conectivos discursivos *quer dizer* e *ou seja* podem introduzir unidade apositiva com a função textual- discursiva de *avaliação* e normalmente *conclusiva*. A unidade B geralmente é utilizada para encerrar o tópico em andamento e ocorre na posição final da construção apositiva. Quase sempre esta unidade B é constituída de apenas uma oração, portanto mais *leve*, enquanto a unidade A é mais *pesada*. Os conectores representam a introjeção do locutor no texto, corporificando a sua voz e ocorrem *desgarradas* para que a *avaliação* fique em foco”.

III - METODOLOGIA

O objetivo do nosso estudo é verificar os usos de “quer dizer” e as restrições destes usos em contextos de fala carioca. A nossa hipótese é que as diversas acepções e usos do “quer dizer” revelam que ele está inserido em um processo de mudança.

Alguns outros objetivos também fazem parte deste nosso trabalho, como os enumerados abaixo:

- verificar os parâmetros da gramaticalização encontrados nas ocorrências de “quer dizer”;
- destacar a importância das funções textual- discursivas, características peculiares das unidades apositivas introduzidas por “quer dizer” e “quer dizer que” na construção apositiva.
- considerar a “avaliação” e a “avaliação conclusiva” como as funções textual- discursivas mais características na construção apositiva.
- destacar o uso reduzido de “quer dizer” nas fronteiras de constituintes próximas ao verbo.

É importante considerar também a hipótese de que o “quer dizer que” faz parte do processo de mudança de “quer dizer”, ou melhor, o “quer dizer que” sofreu processo de mudança com perda do QUE introdutor de oração encaixada em verbo *dicendi* até chegar ao conector discursivo¹. Por isso, podemos encontrar características do conector discursivo em “quer dizer que”.

¹ O que poderá ser confirmado através de um estudo diacrônico, em uma pesquisa futura.

Neste trabalho, investigamos as amostras de fala de entrevistas do PEUL (Projeto de Estudos do Uso da Linguagem – UFRJ), cedidas para comporem o *corpus* desse trabalho. No levantamento de “quer dizer”, encontramos um total de 294 ocorrências, sendo que destas, 145 possuem a função de conector discursivo na construção apositiva; 22 são de conectores, porém não fazem parte de nossa análise porque a cláusula em que estão inseridos foi interrompida e por isso impossível realizar qualquer tipo de análise; 111 ocorrências são do elemento “quer dizer que”, que podem funcionar com acepção verbal de “significa” e como conector discursivo na construção apositiva; 3 das ocorrências refere-se ao “quer dizer” com acepção de “significa”; e 13 de ocorrências em que o “quer dizer” está inserido em uma aposição não oracional, ou seja, a unidade B não é composta por uma cláusula.

No quadro a seguir expomos os informantes utilizados para compor o nosso *corpus*.

QUADRO 3: Informantes do PEUL

Informante 22 – Mariza Informante 42 – David
Informante 21 – Ubirajara Informante 40 – Ana Cristina
Informante 14 – Manoel Informante 29 – Doralice
Informante 07 – Eduardo Lopes Informante 17 – Irene
Informante 01 – Samuel Informante 04 – Leila
Informante 19 – Carlos Informante 10 – Joana
Informante 45 – Wilson Informante 48 – Maria da Glória

Informante 12 – Neiza Informante 27 – Claudir
Informante 30 – Ariléia Informante 31 – George
Informante 32 – Cidalino Informante 35 – Joselina
Informante 33 – Agostinho Informante 36 – Nadir

Devemos acrescentar que durante a seleção dos informantes ilustrados no quadro acima, tivemos o cuidado de combinar os pares de informantes em relação ao sexo, idade e escolaridade.

A análise feita é predominantemente qualitativa, seguida de uma análise quantitativa de parte dos dados descritos, já que o conector discursivo “quer dizer” dá margem aos dois tipos de análise. A análise qualitativa iniciou-se pela seleção das ocorrências de “dizer”, as quais são da fala dos informantes acima mencionados. Após a composição do nosso *corpus*, procedemos à separação das ocorrências de acordo com o tipo de estrutura em que o “quer dizer” ocorre. O resultado da investigação revelou-nos que podemos encontrar o “quer dizer” unindo cláusulas apositivas; focalizando elementos em fronteira de constituinte; ou com uso verbal com acepção de “significa”.

Ao conectar orações, o “quer dizer” funciona como conector discursivo, pois segundo KOCH & VILELA (2001) algumas formas verbais como *ou seja*, *isto é*, *quer dizer* e *vale dizer*, migram do paradigma dos verbos para o paradigma dos conectores e passa a atuar na continuação do discurso.

Após a análise qualitativa, submetemos parte dos dados - somente aqueles que tratam da construção apositiva em que o “quer dizer” ocorre como conector discursivo - ao pacote estatístico Varbrul até Makecell². Utilizamos os conceitos de grupos de fatores e variável dependente que remetem à Teoria da

² A Teoria da Probabilidade não foi empregada devido ao grande número de knockout encontrado.

Varição Laboviana apenas como recurso heurístico, tentando garantir que as ocorrências sejam analisadas de forma coerente e sistemática, segundo as mesmas categorias sintático-semânticas.

Os grupos de fatores da nossa análise quantitativa processaram-se em relação à:

- 1- o elemento base de referência da função apositiva, podendo ser um sintagma, uma oração, orações ou um enunciado;
- 2- a realização sintática da unidade com o “quer dizer”, realização esta que pode ser uma oração apositiva, orações apositivas, desgarradas apositivas ou de adendo apositiva;
- 3- as classes semânticas estabelecidas entre a unidade apositiva e seu elemento base, podendo ser uma relação de ressalva, retificação, avaliação, conclusão, avaliação com conclusão, paráfrase, repetição, explicação, ratificação, causalidade, especificação ou contradição;
- 4- as questões tópico-discursivas relacionadas com a indicação de tópico conversacional.

Ao se basearem no princípio da estratificação postulado por HOPPER (1991), o qual remete à coexistência de diversas camadas dentro de um determinado domínio funcional na mesma etapa histórica de uma língua, BRAGA & NARO (2003) afirmam que é possível tratar a gramaticalização pela metodologia quantitativa usando a técnica estatística da regra variável uma vez que nos estágios iniciais do processo de mudança as duas formas/estruturas tenham tido o mesmo sentido.

IV- O USO DE “QUER DIZER (QUE)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções

A análise de nossos dados levou-nos a observar que o item lexical “quer dizer” está em pleno processo de gramaticalização na língua portuguesa, e que o processo de gramaticalização desse item lexical possui três fases distintas que explicam um pouco das mudanças sofridas. Em um primeiro momento, há a forma não-gramaticalizada, que se constitui do verbo *volitivo* “querer”, que funciona como modalizador do verbo *dicendi* “dizer”. Neste estágio, ambos os verbos preservam todas as características de seu estatuto verbal, o que nos leva a concluir que este estágio é anterior ao estágio da gramaticalização.

Em um estágio que denominamos de intermediário, e que revela o início do processo da gramaticalização, os verbos que constituem a expressão “quer dizer” perdem a autonomia sintático-semântica que possuíam na fase anterior e passam a refletir aceção de “significa”. Neste estágio, também encontramos a expressão “quer dizer que” possuindo duplo uso, pois funciona com a aceção de “significa” ou como conector discursivo, função esta comum ao terceiro estágio.

Já no último estágio, o qual representa um maior grau de mudança, encontra-se o conector discursivo “quer dizer”, que pode introduzir unidades apositivas, clarificando, expandindo a unidade matriz, estabelecendo funções textual-discursivas variadas, a mais comum delas é a paráfrase; e pode funcionar como marcador discursivo em fronteiras de constituintes, com a função de focalizar informação.

O quadro a seguir ilustra os três estágios mencionados.

QUADRO 3: Estágios de gramaticalização do “quer dizer”.

1º estágio	QUER DIZER ----- modalizador + dicendi
2º estágio	QUER DIZER ----- acepção de “significa” QUER DIZER QUE
3º estágio	QUER DIZER ----- conector discursivo QUER DIZER QUE

Os três estágios mencionados acima coexistem na língua portuguesa, sendo que os nossos dados revelam a maior ocorrência de determinado estágio, como veremos nos itens seguintes.

Ao analisarmos os 294 exemplos de “quer dizer (que)” que compõem o nosso *corpus*, deparamos com uma significativa variedade de realizações, confirmando, então, a nossa hipótese de que esta construção esteja sofrendo o processo de gramaticalização. Os três estágios “convivem” pacificamente, representando o que HOPPER (1991) denominou de “layering”. Contudo, alguns usos são “especializados” para determinadas funções. O “conector discursivo” introduz unidades apositivas com características peculiares, como veremos na seção 4, mas é interessante observar que “quer dizer” vai ser usado geralmente para “significar” a mesma coisa ou quase próxima, com algumas ressalvas, a idéia contida na sua estrutura original.

4.1. QUER DIZER – modalizador

A expressão “quer dizer”, constituída pela combinação do verbo volitivo *querer* mais o verbo dicendi *dizer*, possui função modalizadora. Ao empregar o caráter de modalização, os verbos envolvidos preservam sua autonomia sintático-semântica, ou seja, todas as características de categoria de seu estatuto verbal são mantidas. Vejamos:

(9)

“Dizede, minha senhora, porque chorades, e eu vos porrei
i alguu~ conselho, ca já mais serei leda em mentre vos

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções

fordes triste”. E a donzela non lhe **quer dizer** porque chorava.

(TARALLO, séc. XIII)

(10)

Não é bem isso, vamos ver (interferência de aluno) certo, (es)tá certo Maria, tu **quere(es) dizer** alguma coisa? (...) a minha pergunta (...) mas, não, não fala em interpretação, vamos ficar com translação, resumo, é ela, a Maria já (ininteligível) não é Maria?

(NURC EF POA 278)

Nos exemplos¹ acima, os quais foram extraídos de DIAS & FORTES (2005), percebemos que o verbo volitivo *querer* atua modalizando o verbo *dicendi* “dizer”, e que ambos preservam seu caráter verbal. A modalização faz-se ainda mais clara no exemplo (10) devido à concordância do verbo *querer* com o pronome de segunda pessoa *tu*, o que nos leva a confirmar a real autonomia que há entre os verbos.

Para nossa surpresa, não encontramos nenhuma ocorrência da expressão “quer dizer” funcionando como modalizador em nosso *corpus*, o qual é formado por um total de 294 ocorrências de “quer dizer” e de “quer dizer que”. Para nós, este é um indício de que o percurso de gramaticalização do elemento “quer dizer” está em franco processo.

4.2. QUER DIZER – acepção de “significa”

A estrutura acima começa a sofrer o processo de gramaticalização e tende a ser reanalisada. O “quer dizer” deixa de expressar modalização e passa a assumir acepção de “significa”. Neste estágio, percebemos que os verbos que

¹ DIAS & FORTES (2005) analisaram dados do Português dos séculos XII e XIV e depararam com ocorrências da expressão QUER DIZER funcionando como modalizador e como marcador discursivo, o que evidencia que o processo de gramaticalização já vem ocorrendo há mais tempo. Porém, optamos por trabalhar com este fato em um estudo posterior.

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções compõem a estrutura “quer dizer” perdem a sua autonomia, já que no campo semântico os verbos envolvidos possuem sentido unitário.

(11)

*ENTA=O NA=O DA/ PARA ELES CHEGAR
E DESFILAR @ VONTADE E SE ACABAR.
*PORQUE EU ACHO QUE ALI O NEGO/CIO
TAMBE/M DE FICAR AQUELAS MOÇA
MUITO NUA0 E NA=O DIZENDO ("NO PE/")
NA=O **QUER DIZER** NADA. *EU PREFIRO
MAIS VER A CABROCHA NO CHA=O E
DIZENDO NO PE/. (RISO) ("*EU") SOU MAIS
DE (FALA RINDO) VER.

Assim como DIAS (2005), consideramos o exemplo (11) como estágio intermediário. Nesse exemplo, podemos perceber que a expressão “quer dizer” não possui a função modalizadora, ela atua com valor de aceção de “significa”, além de revelar que semanticamente o significado dos verbos é unitário.

Nos dados do século XV, DIAS & FORTES (2005) encontraram “quer dizer” e “quer significar”. A primeira ocorrência se gramaticalizou com o sentido de “significa” em estágio inicial de gramaticalização. A explicação pode estar no fato de que o verbo “dizer” possui um uso “coringa” como verbo *dicendi*, ou seja, o mais usual foi gramaticalizado.

4.3. QUER DIZER QUE

A ocorrência de “quer dizer que”² com funções peculiares de conector discursivo, denotando avaliação ou avaliação conclusiva, e de valor verbal expressando “significa” foi bastante significativa em nossos dados.

Ao se apresentar como conector discursivo, a expressão “quer dizer que” conecta cláusulas, atuando assim na organização textual e, portanto, desempenhando um papel textual-discursivo semelhante ao de “quer dizer”.

Observe o exemplo a seguir.

² Devido à necessidade de um estudo mais abrangente, optamos por estudar este tipo de ocorrência em um momento posterior.

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções

(12)

```
..... *QUANDO A PATROA @ VEZES
VAI PARA PRAIA COM AS CRIANÇA NO FIM DE SEMANA,
-- *ELA VAI SEGUNDA-FEIRA E EU
SO/O VOU FIM DE SEMANA, CERTO? -- ENTA=O,
EU FICO EM CASA, EU TENHO QUE FRITAR
UM OVO, EU TENHO QUE FAZER UM CACHORRO
QUENTE, CACHORRO QUENTE TAMBE/M E/ FA/CIL
DE FAZER: VOCE^ PEGA SALSICHA OU
LINGUIÇA, SE FOR LINGUIÇA VOCE^ TEM
QUE ESCALDAR A LINGUIÇA, ESCALDA, TIRA, ("VAI")
TIRAR UM POUQUINHO DO SAL, (EST)
FAOZ AQUELE TEMPERO, UM MOLHO DE
TOMATE, CEBOLA, PIMENTA=O, ("AQUILO") QUE
A PESSOA GOSTA, DEPOIS0 CORTA UM
PA=OZINHO AO MEIO, BOTA LINGUIÇA, BOTA
UM0 QUEIJINHO PARMESA=O DENTRO, (RISOS)
UMA MAIONESE, (F) CERTO? *E/ ISSO AI/.
*e/ UM CACHORRO QUENTE. ("*QUER DIZER QUE")
EU0 ESTOU INTERADO NESSE ASSUNTO,
NA=O E/?
```

No exemplo acima, o falante descreve as etapas de uma atividade culinária, culminando com o nome da “refeição”. A seguir, o “quer dizer que” introduz uma conclusão avaliativa dele acerca de seu próprio conhecimento culinário. Esta conclusão avaliativa é constituída de uma cláusula apenas e retoma toda a informação anterior. Temos, então, uma unidade base constituída por várias orações e uma unidade apositiva constituída de uma oração apenas.

A seguir, demonstramos mais um exemplo de “quer dizer que” funcionando como conector discursivo.

(13)

```
E*E AS PESSOAS QUE MORA0M AI/ SA=O
TODAS FUNCIONA/RIAS DO +JARDIM
+BOTA^NICO?
F*SA=O TODAS FUNCIONA/RIO, APOSENTADO-
1E*E PODE A FAMI/LIA, DEPOIS QUE MORREO
O FUNCIONA/RIO, CONTINUAR A MORAR
AI/?
F*PODE. *PODE CONTINUAR.
E*O PESSOAL NA=O TIRA, NA=O.
F*NA=O TIRA, NA=O. (EST)
E*QUER DIZER QUE VOCE^ ACHA QUE ELES
NA=O VA=O MEXER, NA=O; QUE ELES VA=O
DEIXAR O PESSOAL? >2 (ININT)?2!
F>2*NA=O,2! E/, EU ACHO QUE NA=O. *VA=O
DEIXAR AI/ TODO MUNDO.
```

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções

E*AH| ISSO E/ BOM, NA=O E/? *POORQU
SA=O CASAS BOAS, NA=O SA=O?
F*SA=O|
E>*E/!- E/ UMA CASA GRANDE, ("ASSIM")?

No exemplo acima, o entrevistador utiliza o “quer dizer que” para introduzir uma pergunta, na qual ele pretende saber a opinião do falante a respeito da permanência ou não dos familiares dos funcionários e/ou dos funcionários aposentados do Jardim Botânico que moram em casas cedidas por este estabelecimento após a eventual morte dos funcionários que adquiriram este direito. Esta ocorrência do “quer dizer que” funciona como conector discursivo, pois ele possui a função de conectar a fala do entrevistador ao que estava sendo dito anteriormente.

(14)

... VAMOS
PARA LEITE DE VACA?" *EU FALEI: "*VAMOS.
*AI/, DEU LEITE DE VACA, ELA- *FALEI:
"*VAMOS AGUARDAR PARA VER." *NADA,
NA=O DEU NADA- *VAI- *ESTA/ ATE/ HOJE
NO LEITE DE VACA. *OS ME/DICO PEDIATRA
MANDA: "*AH, BOTA A/GUA, BOTA A/GUA." *EU
FALEI: "*DOUTOR O <ME/->- O LEITE JA/
VEM A/GUA PURA, ENTA=O, **QUER DIZER QUE**
NA=O HA/ NECESSIDADE DE BOTAR MAIS
(RUI/DO) A/GUA NESSE LEITE: *AH, AGORA
NA=O. *JA/ ESTA COMENDO BAOSTANTE,
TOMA SOPA COM LEGUME, ESSAS COISA
TODA.

Em (14), podemos notar que o “quer dizer que” está inserido em um enunciado que funciona como a conseqüência da conclusão avaliativa feita pelo falante em relação à qualidade do leite de vaca, alimento este que foi sugerido para a alimentação de sua filha. Para o falante, não há necessidade de colocar mais água, como recomendam os pediatras, porque o leite já tem muita água.

Podemos considerar ainda que a unidade introduzida por “quer dizer que” também denota acepção de “significa”, uma vez que, ao concluir a sua avaliação

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções

em relação à alimentação de sua filha, o falante faz referência a todo o enunciado anterior, mostrando que tudo o que foi dito “significa”, acarreta a sua conclusão.

(15)

```
F*TEVE UM DIA QUE EU FUI PARA O BOTEQUIM DO MEU
PAI QUATRO HORAS DA MANHA=, ESTA/? (VOZ)
AI/ EU IA SUBINDO A +PIRAQUE^, AI/
UM GAROTO: "*GRETCHEN, GRETCHEN." *AI/
MEU PAI: "*QUE QUE ESSE NEGO/CIO DE
+GRETCHEN?" *FALEI: "*NADA NA=O PAI,
NA=O E/ NADA NA=O, ESTA/|" (RISOS)
*PARA ELE NA=O DESCONFIAR, (F) PORQUE SE ELE
SOUBESSE, SE ELE SOUBER- *ELE ME MATA.
E >2*LANTEJOULA.2! *E/ MESMO E/?
F*e/ TERRI/VEL, MINHA FILHA. (PAUSA) (RUI/DOS)
E*MAOS E- QUER DIZER (F) QUE ELE NA=O
SABE A HISTO/RIA DA +GRETCHEN?
F*NA=O, DA +GRETCHEN NA=O.
E*DA +RAINHA DO >3CARNAVAL (ININT.)3!
F>3*DA RAINHA DO CARNAVAL3! ELE SABE,
MAOS DA +GRETCHEN- *AI MEU +DEUS| *NEM
E/ BOM ELE SABER, (VOZ DE CRIANÇA)
PORQUE SENA=O- (F)
```

No exemplo acima, a entrevistadora utiliza uma unidade apositiva constituída por “quer dizer que” para introduzir uma pergunta, a qual se baseia no enunciado anterior, sendo assim, fica visível que a expressão “quer dizer que” possui a acepção de “significa”, ou seja, é como se o entrevistador dissesse “...isso tudo significa que ele não sabe a história da Ghretchen?”.

4.4. QUER DIZER – conector discursivo na conexão de unidades na “construção apositiva”

Em um estágio que acreditamos ser o de maior gramaticalização, encontra-se o elemento “quer dizer” atuando como conector discursivo. Ao conectar orações, o “quer dizer” funciona como conector discursivo, pois segundo KOCH & VILELA (2001) algumas formas verbais como *ou seja*, *isto é*, *quer dizer* e *vale dizer*, migram do paradigma dos verbos para o paradigma dos conectores e passam a atuar na continuação do discurso. Neste estágio, percebemos que a expressão “quer dizer” conecta a unidade apositiva a sua respectiva unidade base, além de estabelecer uma relação textual-discursiva significativa.

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções

Conforme visto, verificamos em nosso *corpus* que o “quer dizer” pode introduzir diferentes relações textual-discursivas. Ao estudar o “quer dizer” na conexão do enunciado apositivo, DIAS (2005), assim como MEYER (1992) e NOGUEIRA (1999), destacaram as seguintes relações semântico-textuais na correferência entre a unidade matriz e a apositiva: ressalva, causalidade, especificação/delimitação, arremate, ratificação, paráfrase/repetição/explicação, focalização e contraste/contradição; além de acrescentar as relações de avaliação e conclusão que não tinham sido mencionadas por MEYER (1992).

Visto que se tratam de *corpus* diferentes, neste trabalho encontramos as funções textual-discursivas descritas no quadro a seguir.

QUADRO 4: Relações textual-discursivas do conector discursivo “quer dizer”.

Ressalva/retificação
Avaliação
Conclusão
Avaliação/conclusão
Paráfrase/repetição/explicação
Ratificação
Causalidade
Especificação
Contradição

Passamos a ilustrar as relações textual-discursivas citadas no quadro 4.

No exemplo (16) a seguir, encontramos o conector discursivo “quer dizer” atuando na junção de uma unidade base com a sua unidade apositiva. Além de conectar as unidades em aposição, o “quer dizer” introduz uma ressalva ao levantar um ponto negativo em relação ao fato de que os brancos desfilam nas escolas de samba, embora não freqüentem os desfiles. Esta ressalva possui uma certa crítica, a qual ocorre de maneira amena.

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções

(16)

E*ENTA=O, ASSIM >5TEM5! QUE IR MESMO.
*E DURANTE ESSE CORRER DE ANO,
VOCE^ VIU ALGUMA00 DIFERENÇA, ESSES ANOS
TODOS QUE VOCE^ ASSISTIU, ALGUMA DIFERENÇA,
ASSIM, GRITANTE?
F*NA=O. >*CADA!- CADA- *DE ANO PARA
ANO, ELAS VE^M MAIS RICAS, NA=O E/? (EST)
*MAIS RICAS JA/- *E VEJO A DIFERENÇA
O SEGUINTE: ANO <PA->- HA/0 ANOS ATRA/0S,
VOCE^ VIA UMA MINORIA DE BRANCO0 DESFILANDO, (EST)
NA=O E/? *HOJE EM DIA, JA/ ESTA/
QUASE CINQU"ENTA POR CENTO DE >6BRANCOS,
CINQU"ENTA-6!
E >6*QUE INTERESSANTE|6!
F*AH| *E/. *O BRANCO ESTA/ TOMANDO
CONTA DAS ESCOLAS DE SAMBA, NA=O E/?
*NA MINHA FAMI/LIA MESMO TEM MUITA GENTE
QUE DESFILA. (EST) ***QUER DIZER**, NA=O
FREQU"ENTA >7A ESCOLA7! DE SAMBA, ELES
NA=O FREQUENTA0M, ENTENDE? (EST) OS
ENSAIOS NADA DISSO. *AGORA, >NO DIA!-
NO DIA DO DESFILE, ELES VA=O. *

No exemplo (17) abaixo, o conector discursivo “quer dizer” introduz uma unidade apositiva “a não ser no aeroporto”, que denota uma ressalva, já que o falante considera que ele não foi ainda na Holanda, informação constante na unidade matriz.

(17)

I*SUA VIAGEM DE FE/RIAS VAI SER PARA
+EUROPA POR CAUSA DA COPA?
F*NA=00, EU, NO DIA- NA E/POCA DA COPA,
EU QUERO ESTAR LONGE, (EST) PORQUE E/
MUITA CONFUSA=O, NA=O E/? *VOCE^ NA=O
TEM HOTEL, >1 ("VOCE^-")1!
I >1*QUE VOCE^1! PRETENDE FAZER, NA +EUROPA,
ENTA=O?
F*PASSEAR. *PASSEAR. *E/, (HES) EU VOUO
@ +HOLANDA, QUE EU NUNCA FUI. ***QUER
DIZER**, A NA=O SER, NO AEROPORTO, (EST)
DEVE HAVER ALGUMA COISA >DE!- (HES) DE0
BELO, NA=O E/? PARA SE CONHECER. *VOU
@ +ALEMANHA >COM A <MINHA>!- COM A MINHA
ESPOSA, PORQUE >NO/S!- NO/S QUATRO
DEVEMOS IR @ +HOLANDA, MA0S ELAS NA=00
TEM TEMPO, NA=O E/? *ENTA=O, ELAS VA=00
VOLTAR EM UMA SEMANA.

No exemplo (18) encontramos o conector discursivo “quer dizer” introduzindo a relação textual-discursiva de avaliação, observe:

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções

(18)

E*E- *EU ESTOU TE PERGUNTANDO ISSO, NA=O E/? PORQUE
VAI VIR AI/ UMA +COPA#DO#+MUNDO, E TODO
MUNDO JA/ ESTA/ GIRANDO EM TORNO DISSO. (EST
*AS AULAS FORAM ANTECIPADAS, (EST) PORQUE
PROVAELMENTE ESTA/ SE ESPERANDO QUE O +BRASIL GANHE
>6ESSA COPA, PORQUE AI/-6! PARA SE COMPENSAR >O\$!-
OS DIAS DE ("FALTA"), (EST) **QUER DIZER**, EU ACHO,
ASSIM, UMA LOUCURA QUE A GENTE VIVA >7COM TANTA7!
ANTECIPAÇA=O| *QUE QUE VOCE^ ACHA DISSO?

Como vimos em WHITE (2001), a avaliação é uma maneira de descrever e explicar, positiva ou negativamente, a postura de falantes/escritores diante um objeto, uma pessoa, um lugar, uma atitude, etc. Em (18), a unidade apositiva introduzida pelo conector discursivo “quer dizer” estabelece uma avaliação em relação à atitude dos brasileiros diante a copa do mundo que se aproximava. WHITE (2001) também menciona que em muitos casos de avaliação há pistas lingüísticas, as quais se constituem de verbos, adjetivos, etc. A avaliação do exemplo acima possui como pistas a presença do verbo “achar” e do adjetivo “loucura”, ou seja, a avaliação não se encerra no emprego de “quer dizer” mas na dependência de fatores que funcionam em conjunto. A avaliação inicia-se antes de “quer dizer” no exemplo acima.

Já a presença do conector discursivo “quer dizer” no próximo exemplo revela uma relação de conclusão, de arremate do que foi dito na unidade base, observe:

(19)

*ENTA=O, EU
SEMPRE FUI O CABEÇA, NA=O E/?
*ENTA=O, QUER DIZER, QUE AGORA,
DEPOIS DESSA- DO MEU CASAMENTO, EU
NA=O ESTOU PODENDO ARMAR ESSAS
FESTA ASSIM- *@S VEZ EU FAÇO UMA
REUNIA=OZINHA LA/ EM CASA COM MEUS
AMIGO, ASSIM DIA DE SEXTA-FEIRA @
NOITE, QUE E/ O MEU FRACO, NA=O E/?
*PORQUE EU ADORO A SEXTA-FEIRA @
NOITE E O SA/BADO. *DOMINGO EU
(RUI/DO) JA/ QUERO MAIS UM DESCANSO.
***QUER DIZER**, A TURMA ESTA/ ATE/
SENTINDO A DIFERENÇA ASSIM. *ELES
FALAM: "*POXA, +DAVID, VOCE^ (HES)
PARECE QUE MORREU."

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções

A relação textual-discursiva conclusiva estabelecida pelo conector discursivo “quer dizer” no exemplo acima processa-se em relação a todo o enunciado mencionado anteriormente e não em relação a apenas uma ou duas orações. Para reforçar uma “conclusão”, o falante recorre a mais uma informação sob a forma de citação. Ela constitui evidência de como ele, o falante, “pesa” nas relações sociais.

No exemplo (20) a seguir, ocorre a sobreposição das funções avaliação e conclusão, visto que, ao concluir a questão de morar ou não em apartamento, o falante expressa o seu julgamento, o qual é negativo e acentuado pela expressão “chato a pampa”.

(20)

E*NOSSA, ("NA=O E/")? *QUE LOUCURA| *E
VOCE^ PRETENDE SE MUDAR?
F*DE +CORDOVIL? *PRETENDO, NEM QUE SEJA
MAIS PARA CIMA UM POUCO, ESTA/?
COM TODA A DIFICULDADE, MAOS ("QUERO")
MORAR, ASSIM, NUMA CASA. *PORQUE
APARTAMENTO, REALMENTE, PARA MIM NA=O DA/-
*E/ UM SACO| (RISO F) *POORQUE, OLHA,
SO/ O REGULAMENTO QUE TEM DENTRO DO
APARTAMENTO- *TEM- *VOCE^ NA=O PODE
LIGAR UM SOM ALTO, NA=O PODE FAZER
ISSO, NA=O PODE FAZER AQUILO, NA=O
PODE0 BATER UM PAPO NA RUA PORTA-
*OU VOCE^ MANDA A PESSOA ENTRAR OU
VOCE^0 TEM QUE DESCER PARE CONVERSAR
NA RUA. ***QUER DIZER**, ISSO TUDO E/0
CHATO A PAMPA. (EST) *NA=O DA/ MESMO.

Assim como DIAS (2006) postulou, podemos constatar, neste exemplo, que à medida que a unidade base da função apositiva é mais pesada, a unidade apositiva correspondente tende a ser mais leve, isto é, neste exemplo a unidade base da função apositiva é formada por um enunciado e não por uma ou duas orações, enquanto a unidade apositiva é formada por apenas uma oração. Ou seja, depois de enumerar as regras do condomínio, o falante utiliza o “quer dizer” para introduzir uma avaliação conclusiva. Anterior à unidade apositiva, não encontramos elementos lingüísticos que representam avaliação como no exemplo anterior.

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções

O exemplo (21) a seguir ilustra a relação textual-discursiva de paráfrase, uma vez que a unidade apositiva “dizem frases curtas”, introduzida pelo conector discursivo “quer dizer”, funciona como uma retomada, em outras palavras, da unidade base “os jovens falam pouco”.

(21)

E: Mas a gente ouve muito se dizer que os jovens falam pouco, **quer dizer**, dizem frases pequenas, não se expressam. Você concorda com isso? **Quer dizer**, você que é jovem, que vive seu tempo, você acha que existe isso?

M: Eu acho que isso depende muito do jovem, porque, hoje, está muito dividido, sabe?

Na segunda ocorrência, o “quer dizer” introduz um redirecionamento de tópico discursivo, próprio da fala dos entrevistadores.

Já o exemplo (22) expressa a relação textual-discursiva de repetição, observe:

(22)

F*AH| ("*MINHA") IRMA= E/ UMA PESTE- ("*MINHA=")
IRMA=, A GENTE VIVIA BRIGANDO, AGORA QUE
ELA CASOU ATE/ QUE NEM, SABE? ("*QUANDO" (
ELA ESTAVA AQUI, A GENTE BRIGAVA DEMAIS,
POOQUEO SA=O QUATRO ANO DE DIFERENCA. --
*ELA AGORA ESTA/ COM VINTE E UM QUASE. --
***QUER DIZER**, E/ UMA DIFERENÇA MUITO GRANDE,
AINDA MAIS <IN-> ENQUANTO ELA AINDA MORAVA
AQUI, EU (MINHA) COM CATORZE ELA COM
DEZOITO, PO^XA| AI/ A GENTE VIVIA BRIGANDO,
NA=O E/? *EU, @S VEZES, FICAVA COM
CIU/ME DELA, @S VEZES, ELA FICAVA COM
CIU/ME DE MIM, A GENTE BRIGAVA QUE NEM
DESESPERADA.

A unidade apositiva “quer dizer, é uma diferença muito grande” reflete uma repetição da unidade base “são quatro anos de diferença” e ao mesmo tempo constitui uma avaliação - julgamento - do falante acerca da diferença de idade. Percebemos que o adjetivo “grande” auxilia no processo da avaliação desempenhada por este falante.

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções

No exemplo (23), o conector discursivo “quer dizer” introduz a unidade apositiva “se você ver alguém parado na sua porta, avisa para parenta” que é uma oração condicional que representa uma hipótese, seguida de um ato de fala. O elemento destacado constitui as funções textual-discursivas de exemplificação / paráfrase da informação contida na unidade matriz “a gente conhece os vizinhos todos”, que se realiza com oração predominantemente paratática e também com discurso reportado para dar mais suporte a mensagem de ter contato com todos os vizinhos.

(23)

@OS (CARRO
PASSANDO) VEZES NA=O POSSO ESTAR
SAINDO DE CASA. (RUI/DO) *MAOS A
GENTE CONHECE TODO MUNDO, SE COMUNICA- (F)
*A GENTE CHEGA NO PORTA=O, DA/ UM
BOOM DIA, DA/ UM BOA TARDE, "COMO
VAI", "OLHA, EU VOU VIAJAR, TOMA
CONTA DA MINHA CASA-" ***QUER DIZER**,
SE VOCE^ VER ALGUE/M PARADOO NA SUA
PORTA, AVISA PARA (EST) PARENTA.
*AINDA TEM DISSO AQUI, VIU? >5*PELO
MENOS 5! EU SOU ASSIM, NA=O E/? (HES)
*SE A PESSOA VAI SER DESCONFIADO E
FECHADA- (HES) "*QUEM NA=O SE
COMUNICA, SE TRUMBICA", (RINDO) COMO (RISO E)
DIZ O +CHACRINHA| (F)

A seguir, temos um exemplo da função textual-discursiva de ratificação.

(24)

*DAQUI PARA
FRENTE, EU QUERO VENCER DE QUALQUER
JEITO. *O NEGO/CIO E/ LUTAR AGORA.
*COM FILHO, MULHER, TEM QUEO (RISOS F)
TOCAR O BARCO, NA=O E/? *PORQUE,
("E/") ASSIM, EU TENHO O MAIOR APOIO
DA MINHA MULHER EM CASA ASSIM. *ELA
DA/ A MAIOR FORÇA, SABE? "*AH, ESTUDA|"
(RUI/DO) *E ESSE ANO, EU NA=O PUDE
ESTUDAR. *POR CAUSA DA GRAVIDE0Z
(GALO CANTANDO) DELA, EU TIVE QUE
PARAR. (EST) *PORQUE ELA TEVE
(HES) VA/RIOS PROBLEMAS, AI/
QUER DIZER, NA=O ADIANTAVA EU
ESTAR ESTUDANDO, COM ATENÇA=O EM
CASA E NA MULHER E TUDO. *ENTA=O,
PRIMEIRO FILHO, VOCE^ JA/ VIU
COMO E/ QUE O CARA FICA BARATINADO,

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções

NA=O E/- *MARINHEIRO DE
PRIMEIRA VIAGEM, (RINDO)...

A ratificação presente no exemplo acima se processa visto que a unidade apositiva “quer dizer, não adiantava eu estar estudando, com atenção em casa e na mulher e tudo” tem a função de confirmar, em cima de um forte argumento, o fato de que ele não estudou durante o recorrente ano. Na verdade, o argumento utilizado, o fato de sua mulher estar grávida o impedia de estudar, trata-se de um argumento para salvar a própria face.

A função textual-discursiva de causalidade pode ser observada no exemplo a seguir, veja:

(25)

E*SOBRE O QUE E/ ESSE PROGRAMA? *EU NUNCA
ASSISTI.
F*E/- *ELA TAMBE/M, ELA FA0Z MUITA CARIDADE,
NA=O E/? (EST) *ELA- (PIGARRO) *RECLAMAÇO=ES,
QUEIXAS E RECLAMAÇO=ES, ELA ATENDE, E/O <BURA->-
(HES) CONFORMEO O PESSOALO TELEFONA. *AH|
BURACOO NA RUA, E/ LU0Z, E/ FALTA DE
LU0Z, E/- *SABE? *QUALQUER RECLAMACAÇA=O
ELA ATENDE >DE!- DE IMEDIATO E- *E EU
GOSTO. *E ELA FALA, (HES) ELA CRITICA,
NA=O E/? *A- *E ELOGIA ATE|, TELEVISA=O E
ARTISTA E- (EST) *E/ UM PROGRAMA QUE
TEM DE TUDO UM POUCO, SABE? *E/ O
QUE ESTA/ ACONTECENDO PELA CIDADE,
ELA BOTA UM REPO/RTER EM CADA- LUGAR-
*QUER DIZER QUEO (HES) DE TUDO QUE ESTA/
SE PASSANDO. *TEM JORNAL DE MEIA EM
MEIA HORA, (EST) **QUER DIZER** VOCE^ FICA
BEM INFORMADA, NA=O E/? (EST) *EU GOSTO
MUITO. *E DEPOIS QUANDO <CA->- ACABA
O DELA, AI/ EU ASSISTO O +HAROLDO DE +ANDRADE
(RISO) NA +GLOBO, ATE/ MEIO-DIA E MEIO SO/,
TAMBE/M, DEPOIS NA=O ESCUTO MAIS ("RA/DIO").

A unidade apositiva “quer dizer você fica bem informada, não é?” é a conseqüência da unidade base “Tem jornal de meia em meia hora”, ou seja, já que tem jornal de meia em meia hora, fica-se bem informado. Além da causalidade, há também uma relação sinonímica decorrente da inferência pragmática entre os componentes da função apositiva neste exemplo.

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções

O exemplo abaixo reflete uma especificação, pois o falante, na unidade base da aposição, parte de uma idéia geral ao utilizar o termo “namorada” e atinge um elemento mais específica “noivo”, pois sabemos que as pessoas que são noivas namoram, mas nem todas as pessoas que namoram são noivas.

(26)

E*E/, SEM DUVIDA. (EST) *E, DEIXA EU
TE PERGUNTAR UMA COISA: ASSIM- *VOCE^
DISSE PARA A GENTE TAMBE/OM >NO!- NO- NAQUELA
PRIMEIRA ENTREVISTA QUE GOSTA MUITO
DE VER O PROGRAMA DE +SI/VLIO #+SANTOS, (EST)
NA=O E/? *POR QUE^ QUE VOCE^ GOSTA
DESSE PROGRAMA?
FBEOM. ATE/O ANTES DE EU VIR PARA CA/,
ATE/ QUE >EU!- EU PAREI DE VER
GOSTO PARA CARAMBA, GOSTOO DELA, ("LA/")
QUANDO VAI IR CANTOR PARA LA/ CANTAR,
DOS JURADO, DO (ININT), QUE E/ OS CASADO
NA TV, OS NAMORO. *EU GOSTO|
E*POR FALAR EM NAMORO, AQUELE QUADRO
NAMORO, NA TV, SE VOCE^ NA=OO TIVESSE
UMA NAMORADA, **QUER DIZER**, SE JA/ NA=O
FOSSE NOIVO, CLARO, VOCE^ IRIAO @AQUELE
QUADRO DO PROGRAMA, PARA ARRUMAR UMA
NAMORADA?
F*EU IRIA. *EU IRIA. *PORQUEO >EU TENHO
<VINTE>!- EU TENHO VINTE ANO , VOU
FAZER VINTE E UM, NESSE ANO, *SOZINHO,
SEM NINGUE/OM, E/ TRISTE. *EU I/A, ATE/
QUE EU IA, ATE/ EU ACHAVA BOOM.

Por fim, o exemplo (27) revela que também há função apositiva com o papel textual-discursivo de contradição, uma vez que em sua unidade base há a informação de que existe muro no lugar onde a informante mora, enquanto o oposto ocorre no local ao qual ela se refere, uma parte da vila Maria Alzira. Sendo assim, percebemos que a função apositiva se processa através de uma informação contraditória.

(27)

E*AQUI DA/ MUITA BRIGA?
F*AQUI? *AONDE, ALI ONDE EU MORO?
E*E/.
1F*AH| DA| | *NAQUELA VILA ALI DA
*PORQUE ONDE EU MOROO TEM UM MURO,
NA=O E/? SEPARANDO. ***QUER DIZER**, ALI,
AQUELA PARTE DA +MARIA +ALZIRA ALI EM
CIMA, AQUELES PEDAÇO ALI
NINGUE/M TEM MURO, QUASE NINGUE/M NA=O

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções

TEM MURO,

Este exemplo também exemplifica a ocorrência do conector discursivo “quer dizer” em unidades “desgarradas”, o que veremos a seguir.

No exemplo a seguir, temos, nos termos de MEYER (1992), a ocorrência da aposição considerada central, observe:

(28)

```
... *E/ UM PROGRAMA QUE
TEM DE TUDO UM POUCO, SABE? *E/ O
QUE ESTA/ ACONTECENDO PELA CIDADE,
ELA BOTA UM REPO/RTER EM CADA- LUGAR-
* . . . . (HES) DE TUDO QUE ESTA/
SE PASSANDO. *TEM JORNAL DE MEIA EM
MEIA HORA, (EST) QUER DIZER VOCE^ FICA
BEM INFORMADA, NA=O E/?_ (EST) *EU GOSTO
MUITO. *E DEPOIS QUANDO <CA->- ACABA
O DELA, AI/ EU ASSISTO O +HAROLDO DE +ANDRADE
(RISO) NA +GLOBO, ATE/ MEIO-DIA E MEIO
SO/, TAMBE/M, DEPOIS NA=O ESCUTO MAIS ("RA/DIO").
```

A aposição central caracteriza-se por possuir unidades que são sintaticamente independentes entre si, e para certificarmos de tal condição, empregaremos os critérios postulados por MEYER (1992) que devem ser atendidos para que a aposição seja considerada central.

O primeiro critério do autor é atendido neste exemplo, uma vez que podemos apagar a primeira unidade da aposição sem causar qualquer tipo de prejuízo na informação; o mesmo acontece em relação ao segundo critério, já que a segunda unidade da aposição também pode ser apagada sem qualquer dano na interação conversacional; e o terceiro critério de MEYER (1992) também é aceito, visto que se trocarmos a posição das unidades apositivas nada será alterado em relação à informação dada.

4.4.1. O conector discursivo *QUER DIZER* em unidades “desgarradas”

Partindo da noção de “unidade informacional” formulada por CHAFE (1980), DECAT (2006) criou o termo orações desgarradas, as quais são orações subordinadas de caráter independente que ocorrem de maneira

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções “solta”, ou seja, desvinculada da oração matriz. A denominação “desgarrada” foi motivada pelo fato deste tipo de oração ocorrer de maneira isolada, como se fosse um enunciado independente na modalidade escrita.

Para DECAT (2006), as orações que se materializam de forma independente - “desgarradas” - são aquelas orações que não constituem um único ato de enunciação, mas, embora mantenham um elo semântico com a oração anterior, constituem separadamente uma unidade de informação à parte.

O “desgarramento” funciona como uma “estratégia de focalização” e esta finalidade de dar destaque evidencia que o desgarramento possui força argumentativa.

Uma vez que DECAT (2001) utilizou dados da escrita para analisar as orações “desgarradas”, adaptamos, assim como Dias (2006)³, a proposta de DECAT (2001) e incluímos em nossas análises as orações apositivas constituídas pelo marcador discursivo “quer dizer” que ocorrem após longa pausa e que apresentam características semelhantes àquelas da escrita, do ponto de vista sintático, semântico e discursivo.

A proposta apresentada por DIAS (2006) é a de que há um afrouxamento na relação matriz-aposição nas unidades apositivas “desgarradas”; e que geralmente o elemento base é constituído por uma oração/orações, e, raramente por sintagmas. Já as unidades apositivas são, categoricamente, constituídas de uma única oração.

(29)

F*AH|| EU FAÇO LIMPEZA, LA/ EU FAÇO TUDO.
*QUANDO TEM GENTE LA/ EU FAÇO COMIDA.
*QUANDO NA=O TEM EU FAÇO TAMBE/M
PARA MIM, POORQUE EU VOU PARA LA/-
*EU SAIO DAQUI NOVE HORAS0, SO/ VOLTO
QUATRO HORA DA TARDE, ***QUER DIZER**, EU TENHO QUE

³ DIAS está iniciando na Faculdade de Letras da UFJF um processo para testar o tempo de pausa que ocorre entre as “desgarradas”.

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções

FAZER0 PARA MIM COMER. (EST) *ARRUMO
A CASA, LAVO A ROUPA. *@S VE0Z QUANDO ELES
VE^M LA/ DE +BRASI/LIA PARA AI/
DEIXA A ROUPA, EU TENHO QUE LAVAR,
PASSO.

No exemplo acima, percebemos que o conector discursivo “quer dizer” está introduzindo uma conclusão, a de que a locutora tem de fazer comida para ela almoçar; e esta conclusão está conectada a passagem “eu saio daqui nove horas, só volto quatro hora da tarde”, confirmando assim ser uma construção introduzida pelo “quer dizer”.

Partimos agora para a análise dos exemplos (30) e (31) ilustrados a seguir:

(30)

.....TENHO UMA SOBRINHA, (EST) QUE
ELA VIVE COM MEU SOBRINHO. *ELA E/ UMA
CRIATURA DIFICI/LIMA DE SE VIVER. >*E/!-
>E/!- E/ BOA DE CORAÇA=O, E/ O/TIMA,
MA0S E/- FALA MUITA COISA QUE NA=O DEVE
FALAR. (EST) *ENTA=O, NEM A MINHA IRMA=,
QUE E/ SOGRA, NA=O CONSEGUE VIVER COM ELA.
(RISO DE E) *ENTA=O, EU CONSIGO VIVER. *ELA ME
ADORA. *EU CONSIGO VIVER, PORQUE0 EU
ACEITO TUDO QUE ELA DIZ. *QUE EU SEI
QUE ESTA/ ERRADO, MA0S SOU EU QUE VOU
CONSERTAR ELA? (EST) *O MUNDO E/ QUE
A PESSOA TEM QUE VER AQUILO >>UE!- QUE
DIZ- *QUE AGRADA, OU QUE0 QUER. *ONTE0M
SAIU DE LA/ DO +VISTA +ALEGRE, *VOCE^
CONHECE O +VISTA +ALEGRE? (EST)
E*NA=O.
F*e/ ONDE EU MOREI TAMBE/M. *ELA SAIU
DE +VISTA +ALEGRE E VEIO AQUI PARA MIM
IR COM ELA NO +DISCO FAZER COMPRA. ***QUER**
DIZER, ELA ME TEM COMO AMIGA. (EST) *TUDO
ELA >ME!- >M!- ME CONTA PARA- (HES) *SE
SENTE BEM, NA=O E/? (EST) *E E/ ISSO
AI/.

No exemplo (30) acima, podemos visualizar a ocorrência do “quer dizer” introduzindo uma cláusula “desgarrada”, uma vez que esta cláusula ocorre após uma longa pausa. Confirmando o que argumenta DIAS (2006), há realmente um afrouxamento entre a unidade matriz e a unidade base, visto que a unidade apositiva introduzida pelo conector discursivo “quer

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções
 dizer” possui a função de destacar, de focalizar a conclusão estabelecida pela falante em relação ao fato de que a garota se considera sua amiga. Podemos também perceber que a unidade base desta oração é composta por um enunciado e não por apenas uma ou duas orações.

Geralmente as orações “desgarradas” retomam todo o enunciado, ou seja, quando há uma oração “desgarrada”, o seu elemento base não é composto por oração ou orações. Também é comum que a “desgarrada” introduza uma conclusão, a qual tem a característica de ser formada por apenas uma oração. Essa característica pode ser observada em DIAS (2006), a qual propôs que quanto mais pesada seja a cláusula base, mais leve será a unidade apositiva correspondente, e vice-versa. O que pode ser comprovado no quadro proposto pela autora, retomado a seguir:

QUADRO 5: Relação de peso entre as unidades em aposição.

Unidade A (matriz)	Tipo de conector	Unidade B (apositiva)
Sintagma	Conectores	Cláusulas (períodos longos)
Cláusula	Discursivos	Cláusulas (períodos longos)
Cláusulas (período longo)		Cláusula (apenas uma)

Quadro parcialmente retomado do quadro 2 – realização sintática das unidades e tipo de conector, página 20.

(31)

C*NA ESCOLA PRIMA/RIA.
 F*NA ESCOLA PRIMA/RIA, JA/ ENTROU JA/
 COM UMA FORMAÇA=OZINHA RAZOA/VEL. *AJUDOU
 BASTANTE.
 C*E ESTA/ SE DANDO BEM?
 F*MUITO BEM. *MUITO BEM. *CHEGO LA/O >NA!-
 >NA!- NA ESCOLA, QUE ELA TEVE UM
 PROBLEMINHA DE SAU/DE, ENTA=O, ELA FICOU
 UNS DIAS SEM ESTUDAR. *AI/ EU TIVE LA/
 NO COLE/GIO PARA FALAR COM A PROFESSORA,
 AI/ PERGUNTEI @ PROFESSORA SE NA=O IA
 PREJUDICAR ELA ESSE- ESSA PARADA. *ELA
 DISSE: "*NA=O." *ELA >NA=O!- NA=O IA PERDER
 NADA, POORQUE ELA VINHA MUITO BEM, ENTAO,
 ESTAVA TRANQUILA.
 C*QUE BOM, NA=O E/?

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções

F*E/. ***QUER DIZER**, ELA FALTOU O QUE^? *ELA.
FALTOU QUASE UNS VINTE DIAS @ ESCOLA.
C*MAÔS SUA MULHER NA=O FICA SOBRECARRREGADA
COM O OUTRO MENININHO EM CASA E0 ("E/") OS TRABALHOS
QUE ELA TEM QUE FAZER >9EM CASA TAMBE/M?9!

No exemplo (31) também há a ocorrência de uma cláusula “desgarrada”, mas ao contrário do exemplo (30), aqui a cláusula apositiva “desgarrada” possui como unidade base um enunciado que é composto por troca de turnos, levando-se em consideração a interpretação do entrevistador.

Podemos observar que o locutor coloca inicialmente o problema de saúde de sua filha e conseqüentemente a falta às aulas, mais a avaliação da professora em relação ao desempenho escolar da menina. A unidade apositiva introduzida por “quer dizer” focaliza a falta de importância das faltas da aluna, já que não havia prejuízo do rendimento escolar. Há, de fato, um “reforço” do desempenho escolar da aluna.

4.5. QUER DIZER – conector discursivo como focalizador

Apesar de raro, encontramos alguns exemplos em que o “quer dizer” não retoma nenhum sintagma, oração, orações ou o próprio enunciado; muito pelo contrário, aponta para o que vem depois, assumindo o papel de focalizador.

Segundo DECAT (2006), a focalização é uma estratégia utilizada na comunicação. Fundamentada em DIK (1989), ela afirma que a focalização tem a ver “com a saliência ou importância do que dizemos a respeito das coisas”.

Em nossos dados, percebemos que este uso de “quer dizer” se dá principalmente nas fronteiras de constituintes.

Ao analisar os preenchedores que podem ocorrer em fronteiras de constituintes, BRAGA, SILVA & TARALLO (1996) os distribuíram em dois subgrupos consoante seu estatuto “sintático” ou “não-sintático”. E assim, denominaram o estatuto “não-sintático” de “discursivo”, o qual engloba elementos

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções de complexidade sintática e funções discursivas diversas, tais como citações, marcadores discursivos, repetições, hesitações, gaguejos, correções, falsos inícios, unidades entonacionais interrompidas e uma série de segmentos a que se atribuiu uma classificação à parte.

Os resultados dessa análise revelaram que os preenchedores, como um todo, aparecem preferencialmente à margem esquerda dos enunciados. A frequência de ocorrência decresce progressivamente à medida que as fronteiras caminham para a direita para subirem, todavia, bruscamente, na margem direita praticamente igualando-se os resultados obtidos para as duas margens.

Dentro do rótulo discursivo, o subgrupo dos marcadores ocupa posição saliente, dada sua recorrência, variabilidade de formas e amplitude de funções textuais e interacionais. Segundo os autores, caracterizá-los ainda é tarefa árdua e inglória. A dificuldade em precisar-lhe o significado, em distinguir a função de marcador de outras funções desempenháveis pelo mesmo segmento lingüístico, em diferenciar o marcador de estratégias com a mesma função, em antecipar seus contextos de ocorrência recomenda contenção e prudência a seus analistas. Usualmente os lingüistas interessados na identificação de marcadores recorrem a critérios tais como posição e função.

Os resultados para a distribuição dos marcadores segundo as fronteiras nos mostram que os marcadores, como um todo, ocorrem preferencialmente às margens extremas dos enunciados, embora não excluindo a possibilidade de aparecerem em outras fronteiras, de acordo com o nicho preferencial individual de cada marcador. Mas vale alertar que os marcadores também ocorrem “fora de fronteira”.

Ao observar a distribuição do marcador “quer dizer” pelas fronteiras, os autores perceberam que 83,33% de sua ocorrência ocorreu na margem à esquerda, “TOP,...S,...V,...C,...”. A fronteira de caso restringe muito a ocorrência de preenchedor. Observe o exemplo abaixo:

(32)

- Meu filho já fez essa- então ele gostou muito e eu estava com vontade de- de ir passear com a minha esposa. Eu já fui, **quer dizer**, o sul, não é? Ela já conhece o norte, conhece o sul. Sair para- para uma outra que ela não conhece, o- o exterior ela não- não conhece.

Em (32) temos a ocorrência do conector discursivo “quer dizer” não-oracional, percebemos, portanto, que este conector não retoma nada, e sim aponta para o que vem depois. Esta ocorrência revela que o falante dispensa uma maior importância para o que será dito, e, assim, pretende, ao utilizar o “quer dizer”, focalizar o constituinte sul, que se refere à região sul do Brasil.

Enfim, BRAGA, SILVA & TARALLO (1996) mostram-nos que o subgrupo dos marcadores parece destinado a atuar na tessitura textual e na interação. Daí sua distribuição cristalizada em termos de fronteira.

4.6. Caso especial de “quer dizer”

(33)

E: E escuta: **Quer dizer**, não te apavora assim, o Rio de Janeiro ser uma cidade que voltando o lance de você morar no Rio, o Rio de Janeiro por ser uma cidade tão grande, sabe? Tão poluída, você não tem medo, você- você gosta de cidade grande ou você não gosta!

Em (33), observamos que “escuta” traz a atenção do interlocutor para o ato de fala. A seguir, a ocorrência de “quer dizer” aponta para o objeto da interação, evidenciando o que vai ser dito. Talvez possamos falar que o “quer dizer” esteja conectado ao próprio ato de fala.

4.7. Algumas considerações sobre os processos de gramaticalização nos dados investigados

Após esta explanação sobre o elemento “quer dizer”, confirmamos o fato de ele estar em processo de gramaticalização, já que atende aos cinco princípios

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções mencionados por HOPPER (1991), os quais descrevem as mudanças lingüísticas, sendo que nenhum deles deve ser tomado isoladamente e de forma absoluta. O elemento “quer dizer que” mantém uma relação estreita com “quer dizer”, com alguns usos iguais ao do conector discursivo. Isto nos leva a hipotetizar que o “quer dizer que” faz parte do processo de mudança de “quer dizer”, ou melhor, o “quer dizer que” sofreu processo de mudança com perda do “que”. Isto, porém, deverá ser mostrado mais detalhadamente, em um estudo posterior, envolvendo talvez a diacronia.

Ao analisarmos o elemento “quer dizer” confirmamos a ocorrência do princípio de CAMADAS, o qual pressupõe que o surgimento de novas camadas não elimina as velhas, ao contrário, as novas e velhas camadas podem coexistir e interagir. Isso é o que ocorre com o elemento QUER DIZER, visto que há neste caso uma sobreposição de valores, pois a mesma estrutura funciona, ora como verbos independentes, ora como verbos em uma unidade, ora como conector discursivo, o que confirma que a mudança não é abrupta. Temos ainda o “quer dizer que” que funciona neste estágio intermediário como uma unidade verbal “significa” e como conector discursivo “quer dizer”.

A DIVERGÊNCIA, o segundo princípio postulado por HOPPER (1991), resulta no fato de que duas ou múltiplas formas possuem uma etimologia em comum, mas divergem funcionalmente. Este princípio também se adapta ao elemento “quer dizer”, pois, embora com a mesma estrutura, esta forma possui divergência funcional, já que ora funciona como modalizador, ora como conector discursivo. O mesmo se aplica ao “quer dizer que” que funciona com acepção verbal “significa” e como conector discursivo.

O princípio da ESPECIALIZAÇÃO é aquele que revela que com a gramaticalização, as formas assumem significados mais gerais. Sendo assim, podemos confirmar a nossa hipótese de que o elemento “quer dizer” está sofrendo o processo de gramaticalização, uma vez que sua forma gramaticalizada não é mais composta por dois verbos, duas orações, e passa a funcionar,

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções semanticamente, como apenas um. O mesmo processo ocorre com “quer dizer que” que se especializa em suas funções, talvez em competição com “quer dizer”.

Já o princípio da PERSISTÊNCIA diz que quando uma forma sofre o processo de gramaticalização, alguns de seus traços originais persistem. Este princípio também se aplica a “quer dizer” e a “quer dizer que”, visto que o sentido básico presente no conteúdo semântico do “quer dizer” modalizador mais *dicendi* permanece quando este chega ao estágio de conector discursivo, ou seja, a idéia de “significa” permanece na forma gramaticalizada.

Por fim, o princípio da DE-CATEGORIZAÇÃO, é aquele que diz que a gramaticalização envolve perda de categoria, e, realmente, ao analisarmos a gramaticalização do “quer dizer”, percebemos que há perda categorial, pois este elemento de base verbal perde o seu estatuto de base verbal com auxiliar modal e passa a funcionar como conector discursivo. Quanto à construção “quer dizer que”, observamos, além da perda categorial acima citada, a perda de função da oração encaixada no verbo *dicendi* introduzida por complementizador, já que temos a *aglutinação* de todos os três elementos lingüísticos na função de conector discursivo.

4.8. Análise estatística

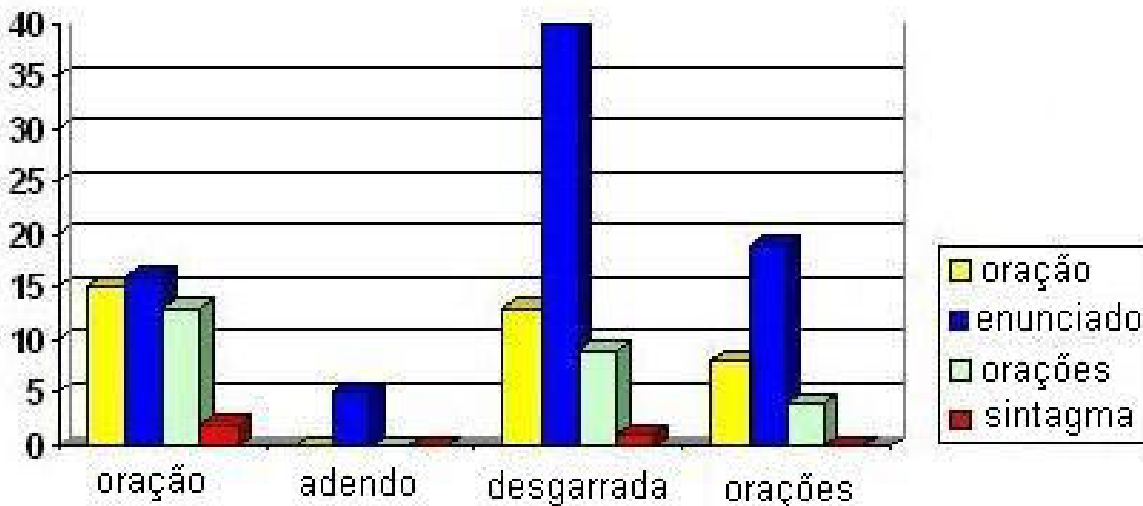
Após a análise qualitativa realizada nas seções anteriores, passaremos a análise quantitativa, na qual submetemos parte de nossos dados, aqueles que tratam das construções apositivas em que o “quer dizer” possui a ocorrência de conector discursivo, aos programas estatísticos integrantes do VARBRUL.

Os resultados do gráfico 1 revelam a freqüência da realização sintática da unidade com “quer dizer” em relação ao elemento base de referência da construção apositiva.

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções

GRÁFICO 1: Realização sintática da unidade com “quer dizer”.

Realização sintática da unidade com "quer dizer"

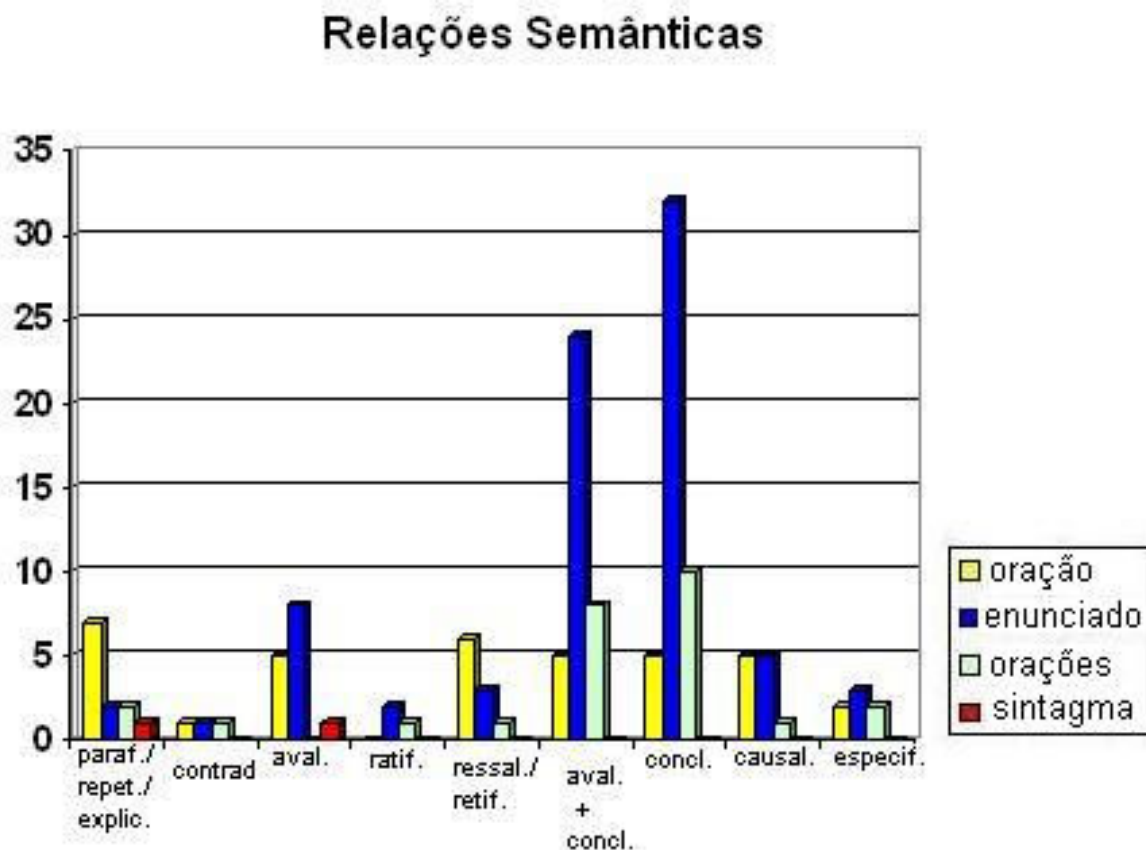


Tais resultados mostram que quando a unidade apositiva com o conector discursivo “quer dizer” for composta por apenas uma oração, o seu elemento base de referência poderá ser tanto enunciado, oração, orações ou sintagma, sendo nítida a baixa frequência quando a unidade base de referência for um sintagma. Já quando a unidade apositiva se realizar em forma de adendo, a sua única possibilidade é a de ter como elemento base de referência um enunciado. Em relação às “desgarradas”, o gráfico confirma a nossa hipótese de que há um número bastante significativo desta realização e que ela se dá, preferencialmente, quando o elemento base de referência for um enunciado. O gráfico também nos mostra que quando a unidade com “quer dizer” for composta por orações, o elemento base de referência da aposição poderá ser um enunciado, uma oração ou orações.

O gráfico 2 exibe os resultados da frequência do emprego das relações textual-discursivas de ressalva, retificação, avaliação, conclusão, avaliação mais conclusão, paráfrase, repetição, explicação, ratificação, causalidade, especificação e contradição em relação ao elemento base de referência da construção apositiva, a nossa variável dependente.

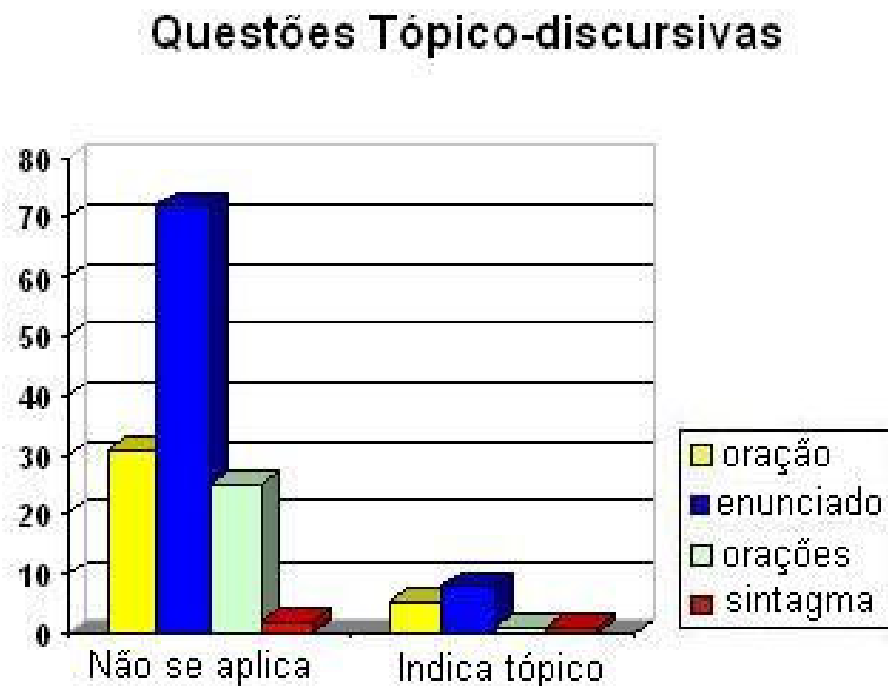
O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções

GRÁFICO 2: Relações semânticas.



Como podemos observar, em praticamente todos os tipos de relações textual-discursivas presentes no gráfico acima, o enunciado é o elemento base de referência predominante, seguido de oração e orações. O maior número de ocorrências neste gráfico é o que envolve as relações textual-discursivas de conclusão e avaliação conclusiva, relações estas que ocorrem, preferencialmente, com o elemento base de referência sendo um enunciado. Como já foi visto, esta preferência ocorre devido ao fato de que quanto mais leve a unidade apositiva, mais pesada a unidade base correspondente.

GRÁFICO 3: Questões tópico-discursivas.



Pelos resultados explicitados no gráfico acima, observamos a frequência das questões tópico-discursivas em relação ao elemento base de referência da construção apositiva, onde apenas 15 das 145 ocorrências indicam tópico, ou seja, estão relacionadas com o propósito de direcionar um tópico novo, ou até mesmo redirecioná-lo.

(34)

E: Você, seu pai e sua mãe?

M: É.

E: E você, pela cara que você fez, você não gostou muito-

M: Não, é- é meio chato ficar viajando com eles, não é? Mas entre viajar com eles e não viajar, eu prefiro viajar com eles.

E: Você costuma viajar nas férias?

M: Às vezes, eu viajo sim.

E: **Quer dizer**, geralmente você passa suas férias como?

Em (34), notamos que os interlocutores estão falando de férias. Ao utilizar a unidade apositiva “Quer dizer, geralmente você passa suas férias como?”, o

O uso de “quer dizer (que)”: uma análise descritiva de suas propriedades e funções

entrevistador faz uma retificação em relação à unidade matriz “Você costuma viajar nas férias?” e ao mesmo tempo direciona o tópico, ou seja, indica o assunto que deverá ser abordado a seguir.

Também podemos visualizar que ao indicar tópico, a construção apositiva possui como elemento base preferencial o enunciado, elemento este bastante significativo em nossos dados.

V- CONCLUSÃO

Esta dissertação analisou a construção “quer dizer” presente na modalidade falada do português carioca e verificou alguns parâmetros de gramaticalização que ocorreram em tal construção sob o enfoque do paradigma funcionalista.

Após a apresentação dos pressupostos teóricos em que se baseia o nosso estudo, descrevemos as ocorrências do “quer dizer” que compõem o nosso *corpus*. Destacamos também a análise de “quer dizer que”, por compartilhar com “quer dizer” alguns usos no processo de mudança. No uso mais restrito, nas fronteiras de constituintes mais próximas ao Verbo, somente o “quer dizer” foi encontrado como focalizador, o que revela que este está num estágio mais avançado de gramaticalização.

As ocorrências do “quer dizer” apresentam estágios que se superpõem e instanciam uma mudança em franco desenvolvimento, o que nos leva ao processo de gramaticalização.

Encontramos e destacamos neste estudo o “quer dizer” com acepção verbal de “significa”, que consideramos estar num estágio inicial de gramaticalização; o “quer dizer” que funciona como conector discursivo e que consideramos estar no estágio mais gramaticalizado. O “quer dizer que”, o qual possui um comportamento que oscila entre as duas ocorrências citadas anteriormente, acepção verbal de “significa e conector discursivo, ajuda a revelar a gramaticalização em curso do conector discursivo “quer dizer”.

Fizemos uma descrição mais detalhada do “quer dizer” conector discursivo, uma vez que consideramos tal ocorrência como o foco deste trabalho. Esta descrição nos revelou que o conector discursivo “quer dizer” possui várias possibilidades de ocorrência acerca das relações textual-discursivas, tais como as

de ressalva, retificação, avaliação, conclusão, avaliação/conclusão, paráfrase, repetição, explicação, ratificação, causalidade, especificação e de contradição.

Embora tenhamos encontrado todas estas relações textual-discursivas em nossos dados, os resultados estatísticos revelaram que a avaliação, a conclusão e a sobreposição de avaliação e conclusão em uma única ocorrência foram sensivelmente freqüentes, ou melhor, destacaram-se em relação às demais relações textual-discursivas.

A alta freqüência da relação textual-discursiva de conclusão e de avaliação conclusiva pode ser explicada pelo alto índice da ocorrência de cláusulas “desgarradas” em nosso *corpus*, uma vez que, praticamente em todas as nossas ocorrências deste tipo de cláusulas, o conector discursivo “quer dizer” estabelece relação conclusiva ou avaliação conclusiva.

Os resultados estatísticos também confirmaram que, quando a unidade apositiva introduzida por “quer dizer” for composta por apenas uma oração, ela, raramente, terá como elemento base de referência um sintagma nominal. Apresentará, preferencialmente, enunciados longos ou várias orações. No caso de ser “desgarrada”, temos, de modo majoritário, o enunciado longo como elemento base de referência. Isto comprova a hipótese de DIAS (2005) de que quanto mais pesada for a unidade base na construção apositiva, mais leve será a unidade apositiva.

Também destacamos que em nosso *corpus* encontramos a ocorrência do conector discursivo “quer dizer” atuando como focalizador, o que aconteceu, preferencialmente nas fronteiras de constituintes.

Após a análise de nossos dados e a aplicação dos princípios da gramaticalização propostos por HOPPER (1992), percebemos que o “quer dizer” está, realmente, em processo de gramaticalização, uma vez que ele atendeu a todos os cinco princípios postulados por HOPPER (1992). Ou seja, no “quer dizer” há uma sobreposição de camadas, de valores, visto que o “quer dizer” ora

funciona com acepção verbal de "significa" ora como conector discursivo; sendo assim, possui uma forma em comum que diverge funcionalmente; podemos perceber também que há uma certa especialização, ou seja, o "quer dizer" está assumindo significados mais gerais, já que as palavras que o compõem não têm mais autonomia como em sua forma não gramaticalizada; o "quer dizer" possui em sua forma gramaticalizada vestígio de sua base verbal, a idéia de "significa"; e, enfim, há uma perda categorial, já que o "quer dizer" perde o seu estatuto verbal e adquire o estatuto de conector discursivo.

Contudo, devemos deixar claro que o "quer dizer" ainda não é uma estrutura gramaticalizada, visto que as suas várias possibilidades de ocorrência refletem que ele ainda está em processo de gramaticalização.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Maria Luiza & NARO, Anthony Julius. *A interface sociolingüística/gramaticalização*. Revista *Gragoatá*. Niterói. UFF. 2003.

_____. , SILVA, Giselle M. de Oliveira & TARALLO, Fernando. *Preenchimento Discursivo em Fronteiras Sintáticas*. In: Gramática do Português Falado. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1996.

CARVALHO, Cristina dos Santos. *Processos sintáticos de articulação de orações: algumas abordagens funcionalistas*. In: *Veredas*. Juiz de Fora, v. 8, n.1, p.9-27, 1º semestre 2006.

CHAFE, Wallace. *The pear stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex, 1980.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. *Orações adjetivas explicativas no português brasileiro e no português europeu: aposição rumo ao “desgarramento”*. In: *Scripta*. Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 104, 2º semestre de 2001.

_____. *Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”*. In: *Scripta*. Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 23-28, 1º semestre de 1999.

_____. *Orações relativas apositivas: SNs ‘soltos’ como estratégia de focalização e argumentação*. In: *Veredas*. Juiz de Fora, v.8, n.1, p.79-101, 1º semestre 2006.

DIAS, Nilza Barrozo. *Cláusulas apositivas em português; estatuto sintático-discursivo*. Comunicação no GEL. Santo André. SP. Julho de 2005.

_____. *As cláusulas apositivas: estatuto sintático, semântico e pragmático*. Relatório de Pesquisa. FAPEMIG. 2004.

- _____. *Cláusulas apositivas “desgarradas” em português: estatuto sintático-discursivo*. In: *Veredas*. Juiz de Fora, v.8, n.1, p.63-67, 1º semestre 2006.
- _____. & FORTES, Fábio da Silva. *Articulação de cláusulas: o estatuto sintático, semântico e pragmático da aposição*. Relatório PROBIC/FAPEMIG. 2005.
- _____. & SANTOS FILHO. *Os Enunciados Apositivos*. Relatório BIC/UFJF. 2004.
- GORSKI, Edair. *O percurso da gramaticalização/discursivização de formas de base verbal: funções e formas concorrentes*. Projeto de Pesquisa. VARSUL, 1999.
- _____. Fenômenos discursivos: resultados de análises variacionistas como indícios de gramaticalização. In: *Português Brasileiro: contato lingüístico, herterogeneidade e história*. Roncarati & Abraçado (organizadoras). RJ. Viveiros de Castro Editora. 2003.
- HEINE, Bernd. & REH, Mechthild. *Patterns of Grammaticalization in African Languages*. Cologne: Univ. Köln, Inst. Sprachwiss. 1982.
- HOPPER, Paul J. *On Some Principles Of Grammaticalization*. In: *Approaches to grammaticalization*. Volume I John Benjamins. 1991.
- _____. *Some recent trends In Grammaticalization*. Departament of English, Carnegie Mellon University, Pittsburgh, pennsylvania 15213.
- _____. & TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Presss, 1993.
- KOCH, Ingedore & VILELA, Mario. *Gramática da Língua Portuguesa*. Editora Almedina. Coimbra. 2001.
- LICHTENBERK, Frantisek. *On the Gradualness of Grammaticalization*. In: *Approaches to grammaticalization*, vol. 1. Heine e Traugott (editores) J. Benjamins. 1991.

MEYER, Charles F. *Apposition in contemporary English* New York. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. *A coordenação interfrasal em português*. Araraquara, 1984. Tese de doutorado, ILCSE, UNESP.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira. *A aposição não-restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil*. Araraquara-SP, 240p. Tese de Doutorado. UNESP-Araraquara-SP, 1999.

_____. & LEITÃO, Renata Jorge. *A oração substantiva apositiva: aspectos textual-discursivos*. In: *Veredas*. Juiz de Fora, v.8, n.1, p.137-151, 1º semestre 2006.

SCHIFFRIN, Deborah. *Discourse Markers*. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 1987.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *The role of development of discourse markers in a theory of grammaticalization*. Paper presented at ICHL XII, Manchester 1995, version of 11/97

_____. *On the rise of epistemic meanings in English: an example of subjectification in language change*. *Language* 65: 31-55. 1989.

WHITE, 2001. *Appraisal*. www.grammatics.com/appraisal.